

LILIANA RAQUEL FERNANDES CORREIA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INTEGRADO DE PARTICIPAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA BELA VISTA E ZONA
ENVOLVENTE**

O PROGRAMA NOSSO BAIRRO NOSSA CIDADE



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2023

LILIANA RAQUEL FERNANDES CORREIA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INTEGRADO DE PARTICIPAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA BELA VISTA E ZONA
ENVOLVENTE**

O PROGRAMA NOSSO BAIRRO NOSSA CIDADE

Relatório de estágio

Mestrado em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Susana Pescada

Doutora Raquel Levy



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2023

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INTEGRADO DE PARTICIPAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA BELA VISTA E ZONA ENVOLVENTE
O PROGRAMA NOSSO BAIRRO NOSSA CIDADE

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Liliana Raquel Fernandes Correia

(Assinatura)

Resumo

O presente relatório resulta do estágio realizado na Divisão de Habitação Pública Municipal da Câmara Municipal de Setúbal, tendo como foco principal um programa integrado de participação e desenvolvimento de bairros de habitação pública denominado *Nosso Bairro, Nossa Cidade*. Este programa tem como foco de intervenção os bairros de habitação pública municipal que existem na cidade de Setúbal, em particular o bairro da Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Forte da Bela Vista, Quinta de Santo António e o Bairro das Manteigadas, que constituem o território de implementação do *Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade*.

O principal objetivo do estágio consistiu na avaliação do programa de intervenção *Nosso Bairro, Nossa Cidade* a partir da realização de atividades relacionadas com o diagnóstico social, planeamento e avaliação de projetos de intervenção. Para o efeito, foram mobilizados métodos e técnicas de planeamento e avaliação, designadamente a análise SWOT, a árvore de problemas, o quadro de medidas e o inquérito por questionário.

Os resultados do estágio permitiram caracterizar o programa de intervenção, proceder a um diagnóstico social da área de intervenção e avaliar os resultados do Programa social através da aplicação de um inquérito por questionário aos moradores do Bairro da Bela Vista e Zona Envolvente, participantes do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*.

Os factos identificados no decorrer do desenvolvimento do estágio indicam que o problema principal identificado é a má imagem do bairro, quer para os moradores, quer para o resto da cidade. A partir da análise SWOT, destacam-se como principais fraquezas, a fraca adesão ao programa de algumas comunidades residentes nos bairros, falta de interesse de alguns moradores para a participação nas atividades e reuniões do programa, assim como fraca adesão da população mais jovem e, ainda, o fraco desenvolvimento das redes sociais para divulgação e comunicação do Programa. Como forças, destacam-se a relação próxima entre os moradores e as técnicas da câmara, a realização de encontros para a apresentação de propostas para a melhoria dos bairros, assim como o forte envolvimento por parte das técnicas do programa nos bairros. Na sequência dos problemas detetados, procedeu-se à definição de medidas e ações para melhorar a imagem do bairro.

A partir da avaliação da satisfação dos moradores e participantes em relação ao programa, concluiu-se que devem ser definidas e implementadas estratégias voltadas para a melhoria

da qualidade de vida e integração dos moradores destes bairros, demonstrando, assim, a relevância da presença e participação de um profissional da área da sociologia na equipa de intervenção.

Palavras-chave: Programa de intervenção, Bairros Sociais, Habitação Social, Exclusão Social, Avaliação.

Abstract

The present report, results in the presentation of data collected through a questionnaire survey, aimed at residents of Bela Vista and Surrounding Areas, participants of the *Nosso Bairro, Nossa Cidade* Program, promoted by the Municipality of Setúbal, developed by the Division of Housing of Municipal Public Housing.

Its focus of intervention is the municipal public housing neighbourhoods that exist in the city of Setúbal, in particular the neighbourhoods of Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Forte da Bela Vista, Quinta de Santo António, and Bairro das Manteigadas, which constitute the territory implementation of the PNBNC.

In this report, there are the activities developed around the intervention program *Nosso Bairro, Nossa Cidade* from the elaboration of a tree of problems, it was possible to verify the causes that lead to the main problem that is the bad image of the neighbourhood, for the residents and the rest of the city, Based on the SWOT analysis, the following main weaknesses stand out: Lack of adherence by some communities residing in the neighbourhoods; Lack of interest on the part of some residents to participate in program activities and meetings; Lack of adhesion of the younger population and little development of social networks about the Program and as forces: Close relationship between residents and the chamber's technicians; Holding meetings for the presentation of proposals for the improvement of neighbourhoods; Strong involvement on the part of Techniques in the neighbourhoods. Following the problems detected, measures and actions were defined to improve the neighbourhood's image. To acquire and assess the satisfaction of residents and program participants, a questionnaire survey was carried out, this assessment has relevance since it was designed to demonstrate the implementation of strategies created by a team to improve the quality of life and integration of the residents of this neighbourhoods, showing of sociology of intervention.

Keywords: Intervention Program, Social Neighbourhoods, Social Habitation, Social Exclusion, Evaluation

Índice

Índice Tabelas	ix
Índice Gráficos	x
Índice de Ilustrações	xii
Lista de Abreviaturas	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização da Área de Intervenção do Estágio	1
1.2 Objetivos e Atividades desenvolvidas	1
1.3 Metodologia Adotada	3
Estrutura do Relatório	4
2. Revisão da Literatura	4
2.1. Bairros de Habitação Social em Portugal	4
2.2. As Imagens Públicas dos Bairros de Habitação Social	6
2.3 Os Bairros de Habitação Social como espaços de pobreza e exclusão social	8
2.4 Intervenção nos Bairros de Habitação Social	10
2.4.1 Planeamento e Avaliação em programas de intervenção	10
2.4.2 O papel do Sociólogo na Intervenção Social	13
3. Caracterização da Metodologia Adotada	15
4. Caracterização da Entidade Acolhedora	18
4.1 Câmara Municipal de Setúbal	18
4.2 A Divisão de Habitação Pública da Câmara Municipal de Setúbal	18
5. Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente : <i>O Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade</i>	20
6. Diagnóstico da Área de Intervenção	24
6.1. Caracterização do Bairro da Bela Vista e Zona Envolvente	25
6.2. <i>Focus Group</i>	27
6.3. Análise SWOT	28
6.4 Árvore de Problemas de Objetivos	30
7. Planeamento e Avaliação das Ações do Programa <i>Nosso Bairro, Nossa Cidade</i>	32
7.1. Quadro de Medidas	33
7.2 Avaliação do Programa <i>Nosso Bairro Nossa Cidade: a perspetiva dos Moradores</i> ...	34
7.2.1 Perfil Sociodemográfico dos Moradores Participantes	34
7.2.2 Análise da perceção e satisfação dos Moradores Participantes	37
8. Balanço do Programa <i>Nosso Bairro, Nossa Cidade</i>	43
9. Reflexão e Apreciação Crítica	56
10. Conclusão	59
11. Referências Bibliográfica	61

Apêndice.....65

Índice Tabelas

Tabela 4 1- Tipologias e habitações	19
--	-----------

Índice Gráficos

Gráfico 7.1 Sexo dos Inquiridos	34
Gráfico 7.2 – Idade dos Inquiridos	35
Gráfico7.3- Estado Civil	35
Gráfico7.4- Nacionalidade.....	36
Gráfico7.5- Bairro onde mora	36
Gráfico7.6- Anos em que vive no bairro	37
Gráfico7.7- Situação/ Ocupação profissional	37
Gráfico7.8- Conhecimento do programa	38
Gráfico7.9 -Conhecimento das reuniões.....	38
Gráfico7.10-Reuniões de interlocutores	38
Gráfico7.11 - Reuniões de grupos de trabalho.....	39
Gráfico7.12 – Setúbal + Bonita	39
Gráfico 7.13- Projeto de alfabetização.....	39
Gráfico7.14-Boletim Informativo	39
Gráfico7.15-Estúdio de som e Imagem	39
Gráfico7.16 – Cinema na Rua	39
Gráfico7.17- Estudo acompanhado	40
Gráfico 7.18- Caminhadas	40
Gráfico 7.19- Saúde no Bairro	40
Gráfico 7.20- Stand Feira de Santiago	40
Gráfico 7.21- Como teve conhecimento do Programa.....	41
Gráfico 7.22- Participação nas atividades e projetos	41
Gráfico 7.23- Com que frequência participa.....	42
Gráfico 7.24- Esteve inserido em algum grupo de trabalho.....	42
Gráfico 7.25- Participa em alguma ação de formação	43
Gráfico 7.26- Correspondeu às suas expectativas	43
Gráfico 8.1- Contribuição do Programa para a melhoria da imagem do bairro	44
Gráfico 8.2- Avaliação do contributo para a melhoria	44
Gráfico 8.3- Comunicação a relações de vizinhança.....	45

Gráfico 8.4- Percepção de Segurança.....	45
Gráfico 8.5- Limpeza e espaços partilhados.....	46
Gráfico 8.6- Requalificação de edifícios	46
Gráfico 8.7- Atividades educativas, desportivas e culturais	47
Gráfico 8.8- Área da Saúde.....	48
Gráfico 8.9- Conhecimento dos espaços NBNC.....	48
Gráfico 8.10- Participa nas atividades lá dinamizadas.....	49
Gráfico 8.11- Imagem do Bairro antes do programa	49
Gráfico 8.12- O bairro está diferente	50
Gráfico 8.13- Moradores ganharam mais consciência	50
Gráfico 8.14- Moradores vistos como “adormecidos”.....	51
Gráfico 8.15- Gosto do Bairro.....	51
Gráfico 8.16- Aspetos a melhorar no bairro.....	52
Gráfico 8.17- Retrocesso e desinteresse após o programa terminar	52
Gráfico 8.18- Sentimento dos moradores em evoluir e melhorar.....	53
Gráfico 8.19- Aproximação entre os moradores dos bairros.....	53
Gráfico 8.20- Necessidade de aumentar a participação dos moradores	54
Gráfico 8.21- Programa deve continuar a melhorar e a promover o desenvolvimento do bairro.....	54
Gráfico 8.22- Necessidade de Cativar mais os jovens.....	55
Gráfico 8.23- Necessidade de apoio contínuo da Câmara Municipal.....	55
Gráfico 8.24 Diminuiu o distanciamento no bairro	56

Índice de Ilustrações

Quadro 6.1 Análise SWOT	28
Figura 6.1 - Árvore de Problemas	31
Figura 6.2- Árvore de Objetivo	32
Quadro7.1- Quadro de Medidas	33

Lista de Abreviaturas

CMS- Câmara Municipal de Setúbal

SWOT- *strengths, weaknesses, opportunities, and threats*

PNBNC- Programa Nosso Bairro Nossa Cidade

NBNC- Nosso Bairro Nossa Cidade

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da Área de Intervenção do Estágio

O presente relatório surge no âmbito do estágio curricular realizado na Divisão da Habitação Pública Municipal da Câmara Municipal de Setúbal, com a finalidade de obtenção do grau de mestre em Sociologia. Para tal, optou-se por realizar um estágio curricular, que permitisse desenvolver um conjunto de práticas profissionais e um contato mais próximo com a realidade laboral. O estágio insere-se, assim, no domínio do conhecimento científico da sociologia de intervenção, com particular incidência no diagnóstico, planeamento e avaliação de programas de intervenção na área da habitação social.

O Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente, denominado de *Nosso Bairro, Nossa Cidade*, no qual incidiu o estágio, foi criado pela Câmara Municipal de Setúbal com o objetivo de promover a participação das pessoas no desenvolvimento do território em diversos eixos como: a intervenção com Jovens, Educação, Formação e Emprego, Imagem e Visibilidade, Vida em Comunidade e Promoção da Participação das Pessoas (Câmara Municipal de Setúbal, 2012).

A realização deste estágio permitiu, assim, conhecer e analisar os resultados das ações desenvolvidas no âmbito da intervenção do programa, no sentido de avaliar o seu impacto social.

1.2 Objetivos e Atividades desenvolvidas

A finalidade do estágio consistiu em avaliar o Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente desenvolvido pela Divisão de Habitação Pública Municipal da Câmara Municipal de Setúbal através da participação nas atividades do programa de intervenção *Nosso Bairro, Nossa Cidade* (Conforme Apêndice 1).

Para a concretização deste objetivo, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Enquadrar e Caracterizar a entidade acolhedora do estágio e o Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*;
- 2) Diagnosticar e Identificar os problemas e as necessidades da área de intervenção do programa;
- 3) Identificar as medidas de ação para mitigar os problemas e as necessidades identificadas;
- 4) Caracterizar o perfil sociodemográfico dos moradores participantes;
- 5) Analisar a percepção e a satisfação dos moradores participantes do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade* relativamente às ações de intervenção no Bairro da Bela Vista e Zona Envolvente.

Atividades realizadas em estágio

Ao longo do estágio foram desenvolvidas atividades no âmbito da Sociologia que possibilitaram um maior entendimento da intervenção social no que diz respeito à habitação. Desta forma foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Pesquisa Documental e Bibliográfica: consulta de documentos disponibilizados pela entidade acolhedora, entre outros documentos úteis tanto na realização das tarefas do estágio, como na elaboração do presente relatório.
- Saídas de Campo: Idas aos bairros, com o acompanhamento de técnicas para observar e ajudar em propagar as informações em relação às ações realizadas pelo programa;
- Reunião Geral de Moradores: realização e participação em 3 reuniões gerais de moradores, nas quais foram feitas discussões e apresentações de novas ideias e atividades a serem aplicadas no programa, com o objetivo de criar grupos de trabalho com os moradores para os mesmos terem a autonomia de resolver o problema em questão.
- Participação nas Férias do Bairro: esta atividade, na qual as crianças residentes nos bairros assistiram a uma palestra sobre higiene dentária, ganhando no fim um pequeno presente por parte da Câmara Municipal.
- Aplicação de Inquéritos por questionário e realização de *Focus Group*. Técnicas utilizadas, com o objetivo recolher a percepção dos moradores/participantes em relação ao Programa.

1.3 Metodologia Adotada

Para a concretização dos objetivos e atividades propostas no âmbito do estágio, optou-se por uma abordagem mista, com recurso a métodos e técnicas de natureza qualitativa e quantitativa.

Para o efeito foram mobilizados métodos e técnicas de planeamento e avaliação, designadamente a análise SWOT, a árvore de problemas e o quadro de medidas, as quais são descritas e apresentadas nos pontos 5 e 6 deste relatório.

Além destas, recorreu-se a outras técnicas, entre as quais, a observação, o inquérito por questionário e o *Focus Group*.

No decurso do estágio utilizou-se a observação direta e participante enquanto método privilegiado para conhecer e caracterizar a realidade e a área de intervenção do estágio e do programa. A partir da observação, foi possível proceder ao registo diário das atividades realizadas, assim como estar presente e participar na organização e conceção das tarefas propostas. No quadro de planeamento de atividades (conforme Apêndice-1) é possível observar as diferentes atividades e o tempo dedicado a cada uma.

O inquérito por questionário, foi elaborado a partir de uma pesquisa de documentos relacionados com o programa e o contexto de intervenção. Recorreu-se à aplicação do inquérito por questionário aos moradores dos bairros, tendo sido uma ferramenta útil, na medida em que permitiu chegar a um grande número de moradores e participantes envolvidos no programa *Nossa Bairro, Nossa Cidade*.

Por fim, realizou-se, um *Focus Group* com um grupo constituído por 6 moradores e participantes do programa, durante o qual foram utilizadas algumas perguntas chaves extraídas do questionário para aferir se as perceções da população alvo (moradores dos bairros) estão alinhadas com as dos moradores e participantes envolvidos no programa.

Através da aplicação dos questionários e do *focus group* foi possível concretizar os seguintes objetivos: 1) avaliar as perceções dos moradores em relação à imagem que têm do bairro onde vivem; 2) avaliar os contributos do programa ao nível de conservação dos espaços comuns e públicos, 3) avaliar o grau de satisfação face ao Programa.

Estrutura do Relatório

O presente relatório encontra-se estruturado em dez partes. A parte inicial – pontos 1 e 2, incide na introdução e na revisão do estado da arte, onde é feito um breve enquadramento teórico da habitação social em Portugal, assim como uma breve revisão da literatura e estudos relacionados com os processos de marginalização, exclusão e pobreza vivenciado nos bairros sociais. Por último, faz-se uma breve abordagem à sociologia da intervenção e às suas contribuições teóricas, finalizando-se com uma reflexão sobre o papel do sociólogo no âmbito de programas e projetos de intervenção social. Seguidamente, no ponto 3 é feito um enquadramento da entidade acolhedora e da área de integração do estágio. O ponto 4 centra-se no Programa de Intervenção *Nosso Bairro, Nossa Cidade*, onde se faz uma caracterização desde a sua criação até aos dias de hoje. Os pontos 5 e 6 reportam-se ao diagnóstico, planeamento e avaliação do programa, onde se apresentam os resultados obtidos a partir do inquérito por questionário. Por fim, nos últimos pontos – 7, 8 e 9, procede-se a uma reflexão e apreciação crítica das atividades realizadas, com especial no programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*, terminando-se com as principais conclusões que decorrem da experiência e aprendizagem desenvolvida ao longo do estágio.

2. Revisão da Literatura

2.1. Bairros de Habitação Social em Portugal

Em Portugal, o alojamento social desenvolveu-se nos finais do séc. XIX, como consequência dos movimentos migratórios dos campos para as cidades, através dos quais os indivíduos procuravam melhores oportunidades de trabalho e de vida.

Mas, foi a partir do século XIX, que os acontecimentos industriais foram significativos para o país, principalmente, a exploração e investimento nas redes rodoviárias e nos transportes. Esta evolução industrial, levou a uma grande instabilidade social que teve como consequências um período de fome e pobreza, o que originou um grande fluxo de migração dos indivíduos para as grandes cidades, como Porto e Lisboa. Com isto, o número de fábricas, habitações e de pessoas foi aumentando, mas de certa maneira condicionou o acesso a alguns alojamentos devido ao elevado preço (Moreira, 2015).

Este fluxo migratório e esta crise agravaram as condições habitacionais das zonas urbanas, o que levou a que as pessoas procurassem casas com baixo custo, originando assim a construção de habitações com baixas rendas. Segundo Pereira (2003), citado por Moreira (2015: 3), assim que nasceram as ilhas, constituídas em filas de pequenas casas, com cerca de 16 metros quadrados, eram construídas nas traseiras de antigas habitações das classes médias, a única maneira de acesso da ilha para a rua era a partir de um corredor que passava por baixo da casa burguesa. Sendo casas afastadas das ruas, as mesmas eram isentas à fiscalização da Câmara, não havendo, assim, um controlo das estruturas físicas. As condições nestas habitações colocavam em causa as condições de vida das pessoas, pois eram consideradas um meio de propagação de doenças.

Após a primeira guerra mundial, o movimento migratório fez-se sentir novamente, disparando o número de procura de trabalho e habitação, as rendas aumentaram e os trabalhadores começaram a sentir mais dificuldade em pagá-las, pois os seus salários não davam resposta a estes aumentos, então tinham apenas uma opção que eram as ilhas. (Moreira, 2015)

O Estado Novo tinha como prioridade as questões das pessoas que detinham recursos económicos baixos e os problemas de habitação. Através do Programa Casas Económicas de 1933, o Estado, com o apoio das autarquias, construiu os bairros de habitação, em zonas industriais, nas freguesias periféricas das grandes cidades, utilizando materiais de fraca qualidade. Mesmo com esta tentativa, o programa não teve os resultados que queria alcançar, desta forma os problemas habitacionais continuaram a agravar (Pereira, 2003, citado por Moreira, 2015).

Após a revolução de 1974, foi criado Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi a primeira política de habitação social, tinha como objetivo a contribuição da diminuição do número de bairros de habitações precárias, rompendo assim com diversos paradigmas das intervenções do Estado Novo. Este ainda hoje é visto como uma das medidas habitacionais mais vanguardistas promulgadas no nosso país, no entanto nas décadas seguintes, o SAAL teve uma evolução conturbada e acabou por ser paralisado ainda em 1976, afetando assim a construção e a finalização de vários projetos (Antunes, 2019).

Segundo o artigo nº 65 (Habitação e Urbanismo) nº 1 da Constituição da República Portuguesa de 2005: “1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade

peçoal e a privacidade familiar.”, nesta devem ser deve ser assegurada uma dimensão adequada ao tamanho da família e condições de conforto, higiene e privacidade. (Diário da República, 2005)

Os bairros de habitação social foram criados como uma medida de realojamento, estes acabaram por ter apenas uma função de residência, deixando de parte algumas condições e serviços. O facto de estes serem em locais isolados, acabou por provocar problemas a nível social, levando assim à aparição dos guetos, dos estigmas sociais e a exclusão social que foram aumentando progressivamente.

Segundo Batista (1999), citado por Moreira (2015):

A construção social de imagens correntes quer em Portugal, quer noutros países mais desenvolvidos, que associam a pauperização social e económica com a condição de habitante social, é uma generalização grosseira de uma realidade multifacetada e pluridimensional. Só uma reconstituição da génese e do posterior desenvolvimento das políticas de habitação permite desvanecer tal ideia. Se concordarmos com o pressuposto que de as pessoas não são coisas para meter em gavetas, devemos questionar mais sobre as condições de edificação e organização do espaço público dos países como o nosso (Batista, 1999, citado por Moreira 2015:5).

A habitação tem uma função importante na vida das pessoas, quer pela condição de intimidade familiar quer no desenvolvimento da personalidade e da relação social. Nas palavras de Guerra (2002) citado por Moreira (2015:6) “A construção do “eu” e da personalidade desenvolve-se e relaciona-se com aquilo a que se chama lar.”.

Segundo Serra (2002:7):

(...) a casa não cumpre apenas as funções de abrigo, reprodução bio fisiológica e de lazer, mas é também, como procuraram sublinhar as interpretações marxistas, o lugar onde está em jogo o status social, a natureza das relações de produção e acumulação, a posição e relação de classe, o estatuto jurídico da propriedade, as desigualdades sociais e a difusão de ideologias, em suma, elementos configuradores da reprodução das relações sociais e económicas subjacentes a um determinado modelo de sociedade.

2.2.As Imagens Públicas dos Bairros de Habitação Social

Ao olhar para os bairros sociais com uma conotação negativa, estes acabam por prejudicar a adaptação do indivíduo e o seu relacionamento com outros (Gonçalves & Pinto: 2001).

Carreiras (2018: 69) apresenta como o principal objetivo a reflexão sobre a persistência de desigualdades sociais, sendo que os bairros sociais evidenciam uma concentração de situações sociais desfavoráveis e de diversos grupos étnicos minoritários, que são potenciais geradores de elevado risco social.

Um bairro é caracterizado por um local onde predominam pessoas com características comuns e particulares, quando se fala de bairros as pessoas tendem a associar este a marginalização, pobreza e desemprego. A imagem que é dada pela sociedade a alguns locais de uma cidade de que estes são maus e perigosos, provocam um sentimento de medo e insegurança. Rêgo e Fernandes (2012), alegam que a insegurança leva a que as pessoas não vivam em determinados locais de uma cidade, esta insegurança está associada ao medo do estranho e do outro, sendo que os bairros sociais e as pessoas que lá vivem associados ao perigo, ao crime e à delinquência.

De acordo com Moreira (2015), as pessoas que vivem nos bairros não se consideram como marginais ou desviantes, mas acabam por interiorizar essa ideia, na medida em que quem vive fora do bairro vê esta comunidade como excluída. A localização do bairro também contribui para a visão que as pessoas têm sobre o mesmo, onde este se encontra é determinante para a construção de aspetos positivos e negativos, para além da localização, o tipo de habitação também influencia o processo de estigmatização e segregação das pessoas que vivem em bairros sociais, como afirmam Carneiro (2001) e Ramos (1998):

Normalmente este tipo de habitação apresenta várias cores, bastante chamativas e edifícios bastante altos (...). O facto de existir esta tipificação de bairros sociais, aos olhos da sociedade e do Estado, as pessoas mais pobres e vulneráveis estão aglomeradas nas zonas periféricas o que, por si só, já cria um estigma de pobreza urbana (Moreira, 2015)

Gonçalves & Pinto (2001) e Augusto (1998) desenvolver estudos sobre as perceções dos moradores de bairros sociais, onde recolheram resultados ao nível das perceções e satisfação, onde estes afirmam ter “gosto pela sua casa”. No entanto têm um “desgosto pelo seu bairro”, tendo assim um sentimento de frustração em relação ao contexto residencial e comunitário.

Segundo Carvalho (2018), os bairros sociais são tendencialmente homogêneos, sendo que estes foram feitos para responder a carências habitacionais, é importante que as políticas habitacionais sejam formuladas, fazendo com que sejam dadas condições para a inserção social. Para construir uma habitação é preciso ter em conta algumas ações que abrangem iniciativas de cariz educacional envolvendo os moradores desses bairros, de maneira que estes tenham uma melhor adaptação na sociedade.

De acordo com Vilanova (2001), no bairro podem ser encontradas duas formas de ajuda, sendo uma delas decorrente das instituições de proteção social e a outra do apoio entre vizinhos. Esta solidariedade comunitária ultrapassa a organizacional, uma vez que a primeira se baseia em trocas e a outra em assistência. Deste modo, pode-se entender que os moradores dos bairros sociais preferem ser ajudados ou ajudar sob o fundamento de que têm de retornar o favor, ao invés de dependerem de alguém a quem não podem retribuir.

Deste modo, o conceito de bairro social é considerado como “(...) um elemento identitário importante que influencia a forma como os outros agem e respondem em relação ao sujeito e, quanto mais negativo for a imagem, maior será a quebra com a restantes cidade, levando, assim à perda de uma autoestima coletiva” (Guerra, 2002, citado por Moreira 2015:8).

Deste modo, importa saber como é que os habitantes dos bairros sociais vivem com a imagem negativa que é associada ao seu espaço de residência. Isto porque, uma das hipóteses que pode explicar a falta de capacidade das condições de vida, deve-se à percepção de uma imagem fortemente negativa interiorizada pela população. Esta imagem acaba por condicionar “(...) as formas de apropriação deste espaço, as possibilidades positivas de enraizamento e de constituição de identidades positivas (...)” (Pinto e Gonçalves, 2000:102), acabando, assim, por comprometer a possibilidade de diferentes padrões de vivência social que possibilitem a integração e a mobilidade social.

2.3 Os Bairros de Habitação Social como espaços de pobreza e exclusão social

A população que vive em alguns bairros de habitação social encontra-se segregada da restante cidade e vivem com condições precárias. Os bairros que estão situados nas periferias são excluídos e isolados dos centros das cidades, aumentando o estigma que existe perante eles. Para além de serem espaços segregados e estigmatizados, os bairros

sociais são lugares caracterizados por uma falta de espaços de lazer e sociabilidade, sendo assim colocados longe dos centros económicos e sociais, carenciado desta forma de estruturas coletivas (Guerra, 1994; Pinto, 1994, citados por Augusto, 1998).

Neste contexto, os bairros sociais são vistos como espaços e lugares de pobreza e exclusão social, constituindo-se como consequência do processo de marginalização de que são alvo. A pobreza é, por sua vez, uma forma de exclusão social, esta atinge diversos domínios da vida social e detêm uma raiz estrutural, englobando problemas de pobreza que pode complementar situações de privação de material, “(...) mas que pressupõe sempre o não acesso a um ou mais sistemas sociais de fornecedores de bens e serviços.” (Lourenço, 2015: 9).

Ao refletir sobre a exclusão social, Costa (2007) distingue cinco domínios de exclusão: 1) o social, 2) o económico, 3) o institucional, 4) o territorial e 5) o das referências simbólicas. O domínio social é caracterizado pelos grupos e comunidades onde os indivíduos estão inseridos, derivando dos mais restritos aos imediatos. Em relação aos bairros sociais, a problemática da exclusão social situa-se no domínio territorial, pelo que não afeta só as famílias e comunidades, assim como o território. A realidade dos bairros sociais consiste em ambientes territoriais degradados, onde os seus habitantes detêm condições de vidas que dificilmente podem vir a ser melhoradas, se não se realizarem medidas que promovam o espaço, quer nas habitações, nos equipamentos sociais (Costa, 2007).

A exclusão social engloba, portanto, aqueles que estão limitados por uma causa ou uma diversidade de obstáculos, tais como a discriminação, a falta de oportunidades de emprego, baixas qualificações, medo do crime e isolamento geográfico.

Para Lesbaupin (2000), citado por Borba e Lima (2011), a exclusão não é um conceito, mas sim uma nova questão social. Conforme salienta Robert Castel, como citado por Costa (1998:9-10), a exclusão social é vista “como a fase extrema do processo de marginalização entendido como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade”.

Na perspetiva de Augusto (2000), os bairros sociais foram criados para combater as necessidades que são sentidas pela população, no entanto os mesmos foram construídos em zonas estigmatizadas que se encontram nas extremidades das cidades, levando assim à exclusão social. Nas palavras deste autor, “(...) aquilo que à partida, parecia ser a

solução mais viável para a integração das populações acabou por se converter num instrumento de segregação e ghetização” (Augusto, 2000: 3).

Ao longo do tempo o conceito de exclusão social veio a ser desmitificado, pois era visto exclusivamente como um processo de marginalidade, e passou a ser compreendido como uma rutura nas relações sociais. (Colaço, 2014). A exclusão social está fortemente ligada à cidadania, que acaba por estar relacionada com a participação, ou seja, um indivíduo não é ativo e participa na sua comunidade pois sente que não está integrado na mesma, “Consta-se que os fatores de exclusão social são estabelecidos pela negação, a certos indivíduos ou grupos, da possibilidade de oportunidades.” (Borda e Lima, 2011).

A exclusão social é um processo perverso, uma vez que condiciona os excluídos a criarem situações que garantam a sua sobrevivência (Tsugumi, 2006). Para Mazza (2005), citado por Fialho et. al. (2020) a exclusão social pode, deste modo, levar a uma inacessibilidade do mercado de trabalho, o que se traduz na impossibilidade de gerar renda familiar, conduzindo à segregação física e aumentando o estigma social que está associado a essas comunidades.

2.4 Intervenção nos Bairros de Habitação Social

O combate à pobreza e à exclusão social no contexto dos bairros de habitação social impõe a intervenção por parte do Estado e da Sociedade civil a partir de respostas efetivas, onde os programas de intervenção social assumem um papel chave na mudança social (Santos e Baltazar, 2007).

Como Nascimento e Capucha afirmam no combate à pobreza e exclusão social não é apenas necessário que os sistemas de política social utilizem serviços regulares de ação social ou atribuam rendimentos de proteção social. É aqui que surgem os programas de intervenção social como medidas de ação política, que visam resolver os problemas e, consequentemente, contribuir para a melhoria das condições sociais das populações alvo.

2.4.1 Planeamento e Avaliação em programas de intervenção

Na intervenção social, a avaliação permite compreender o âmbito da intervenção dos programas sociais, pelo que esta possibilita recolher, sistematizar e analisar as ações e atividades desenvolvidas, nomeadamente calcular se estas foram bem planeadas e o modo

como estão a ser implementadas e executadas, assim como perceber os resultados, isto, se atingiram os resultados previstos na intervenção (Silva, Santos et al, 2017).

Devido aos problemas sentidos nas sociedades desenvolvidas, como a pobreza e a exclusão social, que se tornaram visíveis e intoleráveis ao nível político e científico, demonstram que vivemos numa sociedade onde o ritmo da mudança é muito mais rápido que a capacidade de compreensão do real, tornando assim necessária a realização de intervenções sociais, que deem soluções a vários problemas (Ferreira, 2004). A intervenção Social é importante pois promove a produção de conhecimento científico sobre a sociedade permitindo conhecer e analisar os fenómenos sociais nos seus vários domínios, como a educação, emprego, saúde, ambiente e cultura (Ferreira, 2004).

Assim, para a avaliação da eficácia das ações dos programas de intervenção social é fundamental ter os instrumentos de planeamento e avaliação necessários para se aferir os resultados e o alcance das medidas de ação e, por conseguinte, verificar se é preciso ou não estabelecer medidas corretivas ou de melhoria das ações definidas nos programas. A avaliação de projetos remete para procedimentos relacionados com os objetivos económicos a nível de eficácia e eficiência dos recursos, sendo que esta faz parte da metodologia do projeto e está inserida na sua execução. Segundo Guerra (2000) citado por Silva et al. (2017), a avaliação baseia-se em seis critérios: a adequação, pertinência, eficácia, eficiência, equidade e impacte. No entanto, também tem componentes pragmáticos como os elementos de aprendizagem, de planeamento e de mudança, criados pelas atividades num programa de intervenção (Silva, Santos, Baltazar e Saragoça, 2017).

O objetivo geral da avaliação, de acordo com Silva et al (2017: 105), consta na análise de resultados das diversas formas de intervenção, “(...) no que se refere à adequação global dos objetivos fixados, à eficácia e eficiência das atividades desenvolvidas, à qualidade da parceria e da equipa técnica (...)” Como objetivos específicos da avaliação são possíveis identificar os seguintes: análise das formas de intervenção eleitas de acordo com os problemas apurados, a análise da pertinência e coerência das prioridades e ações estratégicas, análise do desempenho individual e coletivo da parceria e, por fim, a apresentação da eficiência e eficácia dos resultados dos projetos (Silva et al, 2017:105). Deste modo, podemos dizer que a avaliação tem como objetivo a recolha de informação que nos permite:

Compreender as dinâmicas dum sistema de “controlo” externo e interno numa dada intervenção; demonstrar que as transformações sociais são ou não (...) alcançadas através da intervenção; adquirir conhecimentos para melhorar o processo de planeamento e a dinamização de atividades em futuras intervenções. (Silva et al, 2017: 105)

O planeamento segundo Capucha (2008) é a forma de pensar como se irá desenvolver a mudança. É o conjunto de procedimentos que levam à elaboração do plano de ação, este serve para estabelecer como irá ser o decorrer de um projeto “(...) desde o ponto onde se parte até àquele onde se quer chegar” (Capucha, 2008: 8). Ou seja, as ações precisam de ser previamente planeadas para se entender a situação das mesmas, assim como os recursos disponíveis, e quais os passos a seguir para serem alcançados os objetivos de um programa de intervenção. Segundo Serrano (2008), o planeamento deve procurar antecipar, prever e antecipar a ação e como esta deve ser utilizada no futuro. Planear consiste, assim, em projetar uma mudança, antecipar uma realidade que é desejada, prevê etapas de transformação, identifica fatores que afetam o processo e os modos como se pode intervir sobre os mesmos (Serrano, 2008).

Por sua vez, quando se fala em avaliação, esta não tem uma definição certa. Segundo Schiefer *et al.* (2006) citado por Nascimento e Capucha (2017):

a avaliação nas suas fases ex-ante, in curso, final e ex-post, é um processo de aprendizagem participativo que permite aumentar a capacidade de gestão do próprio projeto; corrigir erros ocorridos em todas as fases; aumentar a capacidade técnica dos parceiros; aumentar a capacidade técnica de todas as instituições envolvidas no planeamento, implementação e avaliação de projetos; evitar a repetição dos mesmos erros noutros projetos; estimular a aprendizagem setorial, transetorial e transnacional; aumentar a capacidade de detetar, gerir e minimizar os riscos do projeto; redefinir os objetivos do projeto.

Desta forma, a avaliação, na perspectiva de Kosecoff & Fink (1982) citado por Nascimento e Capucha (2017), é uma junção de procedimentos para o julgamento, com vista a obter informações sobre os seus fins e as suas expectativas, os seus resultados esperados e inesperados assim como o seu impacto e os seus custos.

A avaliação permite, deste modo, que as informações obtidas, durante o processo avaliativo, possam ser utilizadas em atividades de acompanhamento e na criação de novas

intervenções. Os diferentes processos obtêm diferentes resultados, sendo que, segundo Nascimento e Capucha (2017:36), é possível distinguir um conjunto de contributos da avaliação, nomeadamente:

- a) a melhoria do autoconhecimento das instituições e das intervenções,
- b) melhoria dos processos de tomada de decisão, pois a avaliação fornece um conjunto de informações importantes permitindo um maior número de agentes envolvidos no processo;
- c) permite a produção de informações sistematizadas sobre os dispositivos de intervenção, facilitando a difusão da informação
- d) promoção de uma cultura de diálogo, de troca de ideias e aprendizagem coletiva;
- e) desenvolvimento de competências no domínio da avaliação, uma vez que os técnicos procedem à recolha, sistematização da informação e reflexão crítica sobre os processos e os resultados.

É possível observar quão importante é o papel o planeamento e da avaliação, uma vez que estas constituem ferramentas valiosas, que permitem construir e reconstruir as ações realizadas e a sua finalidade, permitindo, assim, a valorização de novas propostas de melhoria.

2.4.2 O papel do Sociólogo na Intervenção Social

O papel dos sociólogos na intervenção social não se resume ao trabalho científico, também recai na produção de raciocínios que permitam perceber os problemas e como este foi crescendo e criar um plano de ação em conjunto com todos os atores envolvidos. A eficácia da intervenção depende da qualidade do produto, ou seja, da forma como o mesmo constrói as suas interpretações a partir do tratamento dos dados (Guerra, 2003), o seu papel também é focado numa realidade social concreta e não em algo que ainda não se realizou, pois assim consegue dirigir a sua investigação.

Para Hess (1983) citado por Guerra (2003) a sociologia adquiriu um estatuto científico quando rompeu com a dicotomia teoria-prática. O crescimento das ciências sociais levou ao desenvolvimento de uma teoria de ação, no sentido de encontrar uma relação entre o conhecimento e a intervenção. Vraken (2001) citado por Guerra (2003), define a sociologia de intervenção como:

conjunto do exercício profissional (epistemologia, metodologia, postura papel do sociólogo-interventor) que conduz o prático a posicionar-se, sobre solicitação do sistema-cliente, no coração de uma situação entre os actores que a compõem com a finalidade de aí cumprir uma missão. (Vraken, 2001:22 citado por Guerra, 2003:73).

Ou seja, corresponde a um exercício que determina o posicionamento da variante prática a partir de uma interação entre atores com o objetivo de cumprir uma missão.

A sociologia da intervenção sempre teve desafios sociais. Esta sociologia varia em função do campo das intervenções e dos métodos e técnicas que são utilizados consoante os objetivos da intervenção.

Devido à reabilitação de uma sociologia de terreno, existem autores como Dubet (2001), que consideram que não existe sociologia se esta não for de intervenção (Dubet, 2001, como citado por Guerra, 2003). Segundo Guerra, “o sociólogo de intervenção, comprometendo-se com uma «relação cognitiva de apoio» ao seu encomendador, aceita a produção sociológica de uma utilidade prática mesmo se a relação entre o conhecimento e acção não é uma relação linear e directa.” (Guerra, 2003:82). Ou seja, a sociologia de intervenção um processo onde um grupo se torna o recurso social do outro, com o objetivo de suprimir as necessidades sociais sentidas pelos mesmos, potenciando estímulos e combatendo obstáculos, indo de encontro à mudança pretendida.

O sociólogo desempenha diversos papéis, desde a investigação e intervenção, pois a Sociologia permite diferentes percursos profissionais, independentemente da sua formação inicial. Estes papéis mostram a capacidade de problematizar a realidade social e a construção de objetivos capazes de serem estudados e que possam ser sujeitos a uma intervenção (Correia, 2013: 48).

A sua importância na área da intervenção consiste na capacidade de problematizar a realidade social e na capacidade de construção de objetos suscetíveis de serem estudados e submetidos a uma intervenção, ou seja, tornar um problema social num problema sociológico. Correia refere que os sociólogos “Além de identificarem os problemas sociais e elaborarem diagnósticos, têm ainda como funções a seleção de técnicas e ações a implementar, assim como proceder à avaliação dos resultados e impactos dessas medidas.” (Correia, 2013: 48).

A sociologia de intervenção contribui, assim, para a formulação de políticas públicas, na fundamentação e na criação de leis, realizando estas mudanças a partir do seu objeto de

estudo, de forma a suprimir as necessidades sociais que são apresentadas como os seus objetos de estudo (Santos e Baltazar, 2017).

3. Caracterização da Metodologia Adotada

O presente trabalho adotou uma abordagem mista, ou seja, recorreu à pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa segundo Espinoza (2020) citado por Camayd e Freire (2020) é caracterizada pela obtenção de dados por meio da observação e de análise indutiva, sendo uma estratégia importante na tomada de decisões. Já a pesquisa quantitativa, para Rivandeneira (2017), citado por Camayd e Freire (2020), tem o objetivo de descrição e explicação das causas, tendo como objeto sujeitos, objetivos já existentes e factos. Ambos os tipos de pesquisa são uteis para a medição de variáveis, pois permitem processar e analisar informações. Para Scribano (2000), citado por Camayd e Freire (2020), a abordagem mista permite a existência de várias maneiras de chegar aos objetivos pretendidos (Camayd e Freire 2020).

Foram mobilizadas diferentes técnicas de recolha de dados, designadamente o *Focus Group*, o inquérito por questionário, a observação direta e a investigação documental.

Uma das técnicas mobilizadas foi o *Focus Group*, que tem as suas raízes no ano de 1945 por Robert Merton. No entanto, foi a partir da década de 80 que a técnica foi mais utilizada. Segundo Galego e Gomes (2005), Merton defendia que a realização de perguntas fechadas numa entrevista nem sempre fornecia respostas exatas. Neste sentido, esta consiste numa recolha de dados qualitativos, com o objetivo de alcançar respostas em grupo, referentes a um tema de discussão, dando assim privilégio à observação e ao registo de experiências e reações de participantes (Galego e Gomes, 2005). No âmbito, deste trabalho foi utilizada a técnica de recolha em *Focus Group*, a qual consistiu na formação de um grupo de pessoas que foi convidado a partilhar as suas ideias e perceções em relação a um assunto que é descrito mais abaixo no ponto 4.2. Neste caso, todos os participantes da discussão foram os moradores dos bairros envolventes no programa que conversaram, discutiram e expressaram as suas opiniões, vivências e as mudanças que foram sentindo desde o momento que o programa foi aplicado nos bairros.

Também foi utilizada a técnica de inquérito por questionário, para avaliar a perceção e a satisfação dos moradores em relação ao Programa NBNC. Esta técnica é utilizada para

recolha de dados acerca de um tema previamente determinado, junto a conjunto de indivíduos. Dependendo do objetivo de investigação, esta técnica segundo Ghiglione & Matalon (2001) citados por Sá, Costa e Moreira (2021), é constituída por questões que podem ser administradas direta ou indiretamente, de forma a obter respostas de um grupo (Sá, Costa e Moreira, 2021).

Neste trabalho, o inquérito por questionário foi aplicado em reuniões, nas sedes de cada bairro e também em comemorações festivas sendo, que devido a pandemia COVID-19, alguns dos inquéritos por questionário foram realizados por via telefónica. Este inquérito por questionário detinha uma aplicação direta, uma vez que foram os próprios inquiridos que responderam. A sua estrutura tinha perguntas abertas, onde a resposta não é prevista, ou seja, o inquirido tem mais liberdade de resposta, perguntas fechadas, onde as hipóteses de respostas estão previamente escolhidas, questões em escala, onde a resposta vai de uma posição extrema à posição inversa. (Equipa K´CIDADE, 2007).

Como metodologia complementar, foi realizada uma pesquisa documental, que permitiu entender quais são os estudos existentes sobre as características da população residente nos bairros de habitação social. Esta técnica, segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015), é aquela segundo a qual os dados são provenientes de documentos. O seu objetivo é retirar informações contidas de modo a permitir compreender um fenómeno, é um procedimento utilizado para a compreensão e análise de documentos.

No decurso do estágio, utilizou-se também a observação direta e participante enquanto método privilegiado para conhecer e caracterizar a realidade e a área de intervenção do programa. A técnica de observação participante segundo Jorgenson (1994) citado por Mónico, Alferes, Castro e Pareira (2017), permite que o investigador procure se torna membro de um grupo, que está a ser estudado. Esta apresenta vantagens como a observação da naturalidade nos comportamentos dos participantes, a oportunidade de observar os eventos em tempo real e a perceção de um ponto de vista que permite um retrato mais verídico da situação atual dos participantes (Mónico, Alferes, Castro e Pareira, 2017). A partir da observação foi possível proceder ao registo diário das atividades realizadas, assim como a presença e participação na organização e conceção das tarefas propostas. No quadro de planeamento de atividades (conforme Apêndice-1) é possível observar as diferentes atividades e o tempo dedicado a cada uma.

Foram igualmente mobilizados métodos e técnicas de planeamento e avaliação, designadamente a análise SWOT, a árvore de problemas e o quadro de medidas, as quais são devidamente descritas e apresentadas nos pontos 5 e 6 deste relatório.

A avaliação do Programa, teve como objetivo aferir a eficácia do programa para os participantes. Esta avaliação foi uma avaliação *ex-post*, uma vez que foi realizada no fim do programa, com o objetivo de confirmar os efeitos das suas ações do programa, isto é, verificar se as ações permitiram alcançar os resultados esperados (Equipa K´CIDADE 2007).

No apêndice 2 apresentam-se os quadros relativos ao desenho da avaliação, bem como aos métodos e técnicas de recolha e tratamento dos dados utilizados durante trabalho.

A população alvo deste estudo foram os moradores participantes do programa *Nosso Bairro Nossa Cidade*, dos 5 bairros participantes do mesmo: Alameda das Palmeiras, Bela Vista, Forte da Bela Vista, Manteigadas e Quinta de Santo António.

Em relação à dimensão da amostra, foram inquiridos cerca de 129 moradores/participantes do total de 4422, tendo se optado por uma amostragem por conveniência. Este tipo de amostra é não probabilístico, e é formada por elementos reunidos pelo investigador (Guimarães, 2018).

De modo a analisar o *Focus Group*, foi feita uma transcrição das entrevistas, complementando-as com as notas tomadas. Para o tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Segundo Bryman (2004), citado por Silvestre e Araújo (2012), podemos definir a análise de conteúdo como uma análise de documentos que tem como objetivo quantificar o conteúdo de forma sistemática.

Procedeu-se, ainda, à realização de uma transcrição da discussão realizada no contexto do *Focus Group*, sendo que alguns dos temas tornaram-se pertinentes para o questionário. As transcrições também foram completadas pelas notas feitas durante a gravação da discussão em grupo. Segundo Silva, Veloso e Keating (2014: 185) “A complementaridade das transcrições com as notas que tenham sido recolhidas aquando da moderação dos *focus group* é uma prática recomendável”.

Foi realizada também uma indexação das transcrições, esta é a atribuição de categorias refletidas no guião e de novos assuntos que surgiram durante a discussão (Silva, Veloso e Keating, 2014).

Os dados extraídos dos inquéritos por questionário foram organizados e tratados com recurso ao programa Excel.

4. Caracterização da Entidade Acolhedora

4.1 Câmara Municipal de Setúbal

A Câmara Municipal de Setúbal (C.M.S) tem a sua sede localizada no edifício Paços do Concelho, no Largo do Bocage, onde se encontra o gabinete do Presidente da Câmara e dois Departamentos. Os restantes departamentos estão distribuídos por dois edifícios, para além dos Serviços Operacionais de Poçoilos, tendo sido a Divisão de Habitação Pública Municipal, o local de integração do estágio.

A C.M.S. tem como objetivo o governo do município através do órgão executivo colegial eleito. Tem como missão definir e executar políticas, tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população setubalense e azeitonense. O Concelho de Setúbal é composto por 5 freguesias: a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra; Freguesia do Sado, Freguesia de São Sebastião e a União de Freguesias de Setúbal (C.M.S., 2022).

A C.M.S. tem diversas áreas de intervenção, algumas de competência delegada do Estado e outras de iniciativa direta, como é o caso do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*. Enumeram-se como as principais áreas da atividade municipal: Ambiente, Cidadania, Educação, Juventude, Turismo, Inclusão, Segurança, Cultura, Mecenato, Saúde, Desporto, Finanças, Economia, Obras, Urbanismo e Habitação.

4.2 A Divisão de Habitação Pública da Câmara Municipal de Setúbal

Assente no valor do direito à habitação inscrito no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, a DIHAB (Divisão de Habitação Pública Municipal), trabalha na resposta às necessidades de habitação da população residente no município por via da boa gestão do parque habitacional de propriedade municipal, a par da promoção de boas condições de

vida habitacional e comunitária nos bairros de habitação pública municipal, através da dinamização de uma estratégia de participação e organização de moradores (CMS, 2022).

Todas as habitações têm uma função social e nelas se produzem as relações familiares e sociais. Nesta Divisão crê-se que as casas de propriedade pública não devem ser designadas como habitações sociais dado o estigma negativo que lhes está associado. As casas dos bairros municipais são assim apelidadas de Habitação Pública de Propriedade Municipal, cuja renda é apoiada, ou seja, calculada em função do rendimento e composição da família em cada momento. Os bairros municipais têm origens distintas, como se pode verificar no quadro abaixo, onde se representam o número de prédios, de casas e as tipologias de cada bairro (CMS, 2022).

4.1- Tabela de Habitação pública e municipal

HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL + HABITAÇÃO PRIVADA							
BAIRROS	T0	T1	T2	T3	T4	Total	Edifícios
Brejoeira	0	40	60	21	6	127	127
Pote D'Água	12	77	29	0	0	118	4
25 de Abril	0	0	121	50	0	171	20
2 de Abril	0	0	61	277	93	431	46
Padre JMN Silva	0	0	4	0	0	4	1
Bela Vista	0	1	421	416	0	838	45
Forte da Bela Vista	0	14	68	85	0	167	20
20 de Julho	0	1	119	134	0	254	20
Alameda das Palmeiras	16	83	75	51	27	252	42
Quinta de Santo António	0	42	144	21	12	219	27
Afonso Costa	0	36	155	131	0	322	36
Manteigada	0	12	76	26	0	114	19
Quinta do Freixo	0	30	52	6	0	88	2
Quinta dos Vidais	0	0	32	16	0	48	6
	28	336	1417	1234	138	3153	415

Fonte: Câmara Municipal de Setúbal (2021)

Atualmente, a C.M.S. tem cerca de 6306 fogos, cuja atribuição é efetuada por Concurso realizado a partir de uma inscrição prévia do agregado familiar que necessite de uma casa adequada e condigna, através do preenchimento do formulário de candidatura à habitação municipal. As casas são atribuídas de acordo com o Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal, disponível para a consulta no *site* da Autarquia. Após a inscrição, os cidadãos passam por um processo de avaliação segundo uma matriz de ponderação de várias dimensões sociais, económicas e residenciais. Dessa avaliação resulta uma classificação que ordena cada candidatura numa listagem de atribuição que pode igualmente ser consultada no referido site da autarquia.

A atribuição de habitações é formalizada através da celebração de um contrato de arrendamento o qual incorpora a Lei do Arrendamento Apoiado e outras condições identificadas pelos próprios moradores nos bairros municipais, dado que este contrato foi alvo de um processo de participação na sua elaboração (CMS, 2022).

No quadro da gestão da habitação, a DIHAB realiza reuniões regulares de prédio e de condomínio para garantir a gestão eficaz de edifícios e das relações de vizinhança. Efetua atendimentos aos inquilinos e proprietários para resolução de questões diversas relacionadas com a habitação, relação e vizinhança e vida comunitária, procede à atualização de rendas e de agregados, à gestão de dívidas de rendas celebrando Acordos de Regularização de Dívidas, efetua o diagnóstico de patologias nas habitações e prédios para a realização de obras e dinamiza o Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade* (CMS, 2022).

5. Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente :O Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*

O Programa Integrado de Participação e Desenvolvimentos da Zona Envolvente, denominado *Nosso Bairro, Nossa Cidade*, tem com objetivo implementar uma estratégia de participação e organização de moradores, visando a alteração da imagem e vivência urbana de um território da cidade com a introdução de melhorias na vida comunitária por ação direta e coletiva dos próprios moradores. Este Programa, que envolve os residentes, os serviços municipais e cerca de trinta entidades sediadas em Setúbal, dirige a sua ação ao território que engloba os bairros municipais de habitação pública da Bela Vista, da Alameda das Palmeiras, do Forte da Bela Vista, das Manteigadas e da Quinta de Santo António, onde residem cerca de 4636 pessoas (CMS, 2012).

O Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade* tem como objetivo a participação dos moradores na criação e realização das ações decorrentes de decisões coletivas, visando a promoção da autonomia, da responsabilidade e do crescimento coletivo da população residente. Os indivíduos são organizados em grupos temáticos que se formam a partir de propostas de trabalho ou a partir da proximidade territorial, quando os assuntos são a vivência comunitária no prédio, no pátio ou no bairro. Nestes grupos, os moradores participam voluntariamente após tomarem conhecimento da organização das reuniões e nestas tomam decisões e definem as tarefas inerentes à execução das ações propostas, numa lógica de formação de lideranças e de mobilização popular (CMS, 2012).

A população alvo são todos os moradores do território definido, integrado, por isso todas as gerações e grupos sociais. O Programa faz parte do trabalho regular da Divisão de Habitação Pública Municipal, e surge como uma estratégia para suprir a ausência de organização e gestão de moradores na dinamização da vida comunitária nos bairros de habitação pública (CMS, 2012)

Com os resultados alcançados desde 2012, principalmente na melhoria da qualidade de vida dos habitantes envolvidos nas atividades desenvolvidas, o Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade* é uma referência nacional e internacional, com inúmeros prémios de reconhecimento do mérito. Este Programa foi uma das três práticas vencedoras do Prémio de Participação Cidadã atribuído pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, entre 62 candidaturas de 49 cidades membros, provenientes de 12 país (CMS, 2012).

Reconhece-se nele as seguintes características (CMS, 2012):

- É uma boa prática na cidade educadora de Setúbal;
- Demonstra potencial educativo em transformar a cidade de Setúbal através da participação;
- É um programa credível pois atingiu resultados e compromisso a partir do trabalho assumido para 10 anos;
- Envolve vários serviços da C.M.S.;
- É inovador;
- Pode-se replicar esta estratégia e prática noutras cidades a nível mundial;
- Tem um impacto positivo na transformação e melhoria da vida da comunidade, num território sobre o qual se tinha uma má imagem, por via da promoção do exercício de poder dos moradores, integrado a diversidade cultural existente;
- É uma iniciativa que promove a corresponsabilização, numa perspetiva de participação assente no exercício de poder coletivo dos moradores;
- Reconhece-se a experiência da cidade de Setúbal como capaz de abarcar a amplitude do tema deste prémio, afirmando ser possível trabalhar com a diversidade de coletivos e com a diversidade de território.

O Programa está organizado em cinco eixos de intervenção: a intervenção com jovens; educação, formação e emprego; imagem e visibilidade; vida em comunidade; e promoção da participação das pessoas. Estes eixos foram definidos, a partir da análise dos indicadores que constam no diagnóstico realizado em 2006 no âmbito do Observatório

Social da Bela Vista. Este Programa conta com atividades em áreas diversas como a reabilitação urbana com pinturas de edifícios, a reparação e recuperação de espaços realizado pelos moradores com materiais cedidos pela Câmara Municipal de Setúbal, projetos Saúde no Bairro, estudo acompanhado, ateliês diversos, festas populares temáticas e boletins de bairros (CMS, 2012).

No sentido de compreender o funcionamento do programa, destacam-se alguns dos projetos e atividades desenvolvidas.

O projeto “Saúde no Bairro”, que tem uma comissão de acompanhamento eleita entre moradores de todos os bairros do território, atualmente é constituída por 23 moradores. Este projeto, realizado através do trabalho voluntário dos moradores, tem desenvolvido várias atividades de sensibilização sobre questões de saúde, efetua a mediação da tensão arterial com registo de dados e a sua partilha com o médico de família. Efetuado várias ações de prevenção da doença *Covid-19*, aquando do surgimento da pandemia (CMS, 2022).

O projeto *Estudo Acompanhado* é outro projeto regular com impacto no território e na organização dos moradores para responder a uma necessidade concreta da comunidade. No ano de 2021, este projeto desenvolve sessões regulares de acompanhamento de estudo de crianças dos 6-12 anos e conta com 54 crianças inscritas, sendo que 15 moradores acompanham voluntariamente o projeto (CMS, 2022).

Na área económica, dinamizam-se formações para os moradores que têm alguma experiência em negócios, visando a sua consolidação e qualificação. Estes moradores participam ainda em atividades Municipais de animação económica- cultural, tais como, a *Baia Flash Market*, o *Mercado de Natal* e na *Setúbal Fashion Week* (CMS, 2022).

Outro projeto a destacar é o projeto *Férias no Bairro*, que promove a ocupação de tempos livres de crianças, organizado por moradores voluntários. No ano de 2019, teve 3 edições, 92 crianças inscritas e 36 monitores envolvidos, tendo sido realizados 85 dias de férias e dinamizadas ações de formação para monitores pelo YMCA Setúbal. Em 2021, devido à situação pandémica, o projeto foi realizado com algumas restrições, tendo concretizado uma sessão sobre a *Higiene Oral* o que contou com a participação de cerca de 43 crianças e 13 monitores. São, também, realizadas caminhadas auto-organizadas por moradores, entre muitas outras atividades (CMS, 2022).

Por último, surgem os *Encontros de Moradores*, realizados a cada dois anos, durante os quais os moradores dos cinco bairros se juntam em plenário, discutem e apresentam propostas de trabalho para serem dinamizadas pelos próprios com apoio das autarquias, visando a melhoria dos bairros em áreas como a Limpeza, Espaços Verdes e Espaços Partilhados, Saúde, Vida Comunitária, Desporto, Educação e Formação, Organização de Moradores e nas Atividades Económicas. No ano de 2022, o modelo de organização foi alterado e as propostas foram definidas bairro a bairro em reunião geral. Posteriormente, essas propostas foram apresentadas por porta-vozes eleitos, apresentadas em plenário com os moradores dos 5 bairros, para serem validadas e verem-se assumidos compromissos de apoio por parte das Autarquias (CMS, 2022).

Com esta diversidade de ações, projetos e dinâmicas o Programa tem tido impactos positivos a nível ambiental, económico, educacional, cultural, segurança, desporto e social (CMS, 2022).

O Programa tem sido um agente mobilizador de populações muito importante, pois gerou um movimento de moradores que provocou a alteração do Novo Regime da Lei do Arrendamento, este foi apoiado através da promoção do conhecimento da Lei inicialmente publicada e da apresentação de uma proposta de alteração apresentada à respetiva Comissão Parlamentar e aos vários Grupos Parlamentares da Assembleia da República (CMS, 2022).

A implementação dos espaços *Nosso Bairro, Nossa Cidade* em todos os bairros, tem sido importante para a consolidação do programa, dado que nestes espaços geram-se e acontecem atividades e projetos organizados por moradores. Cada espaço tem ainda um Comissão de Gestão Eleita, em reuniões gerais de moradores (CMS, 2022).

Posto isto, as ideias-chave do Programa são as seguintes: a ação coletiva de moradores no desenvolvimento de propostas e interesses comuns; a promoção do exercício do poder coletivo dos moradores; a promoção da mobilização popular; a constituição de grupos de trabalho/ comissões compostas por moradores eleitos; e a participação das instituições em função e de acordo com as orientações dos moradores (CMS, 2022).

6. Diagnóstico da Área de Intervenção

O diagnóstico de uma área de intervenção pressupõe o conhecimento de uma determinada situação. Só é possível saber se existe uma necessidade social se esta for reconhecida através de um diagnóstico, uma vez que este permite o conhecimento de uma espécie de sintomas sociais. Ou seja, existem certos fatores que levam a esses sintomas, assim como é feito o diagnóstico do estado de saúde em medicina, que visa, também, perceber quais são os sintomas que estão a afetar a saúde dos pacientes (Fialho, Da Silva & Saragoça, 2015).

Gordon Hamilton, refere-se ao diagnóstico social como uma “opinião” profissional que é fornecida sobre um cliente e a sua situação social ou problema (Fialho, Da Silva & Saragoça, 2015).

O diagnóstico é um processo de avaliação que procura, explicar a situação do indivíduo na relação com o grupo em que está inserido através de teorias. Para Santos (2012), o diagnóstico é um procedimento que tem o objetivo de tratar, analisar e dar a conhecer informações importantes, permitindo assim realizar uma caracterização rigorosa, consiste na investigação e análise da causa de um problema.

Deste modo, um diagnóstico social tem como objetivo, esclarecer qual é o problema ou uma situação social. Pressupõe uma análise do contexto social, económico e cultural em que se enquadra o problema ou situação social, tendo em conta uma lista de elementos que envolve a identificação das causalidades e dos problemas e uma caracterização detalhada do mesmo, como a evolução do problema, os atores intervenientes, entre outros (Fialho, Da Silva & Saragoça, 2015).

Um diagnóstico social não é apenas uma junção de indicadores. Este processo é realizado com base científica e por especialistas nas mais diversas áreas das ciências sociais e organizacionais. O diagnóstico serve para identificar evidências que podem ser melhoradas (Fialho, Da Silva & Saragoça, 2015).

O diagnóstico abaixo exposto foi o resultado de uma atividade realizada durante o estágio, para permitir conhecer as dificuldades e as necessidades do bairro e dos seus habitantes e, principalmente, identificar as necessidades de intervenção. Através da pesquisa de documentos, da realização do *Focus Group*, da aplicação de questionários e da observação direta durante as visitas regulares aos bairros, foi possível recolher informação que permitiu caracterizar os bairros e diagnosticar as necessidades dos bairros

e dos moradores, bem como avaliar a percepção dos moradores em relação ao *Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade*.

6.1. Caracterização do Bairro da Bela Vista e Zona Envolvente

As origens do Bairro da Bela Vista, retomam ao período após os anos 50 do século XX. O aumento da indústria na cidade de Setúbal, levou ao aumento das oportunidades de trabalho, o que acabou por causar um fluxo migratório das diversas zonas do país, especialmente das áreas rurais (Grosso, 2020).

Este aumento demográfico, teve como consequência uma situação precária em relação aos espaços habitacionais. Deste modo, o Fundo de Fomento de Habitação, executou um plano que levou à construção do Bairro da Bela Vista, para onde foi viver parte da população que trabalhava nas indústrias locais. Já nos finais dos anos 70 do século XX, foram construídos os primeiros blocos habitacionais. Para lá, foram viver pessoas que habitavam em “bairros de lata”, que na sua maioria, eram desempregadas e com uma diversidade de origem quer a nível geográfico, cultural, étnico e religioso (Grosso, 2020).

Na década de 80, foi iniciado o realojamento da população mais carenciada que vivia em zonas degradadas do Concelho. As estruturas arquitetónicas destes edifícios são caracterizadas por blocos com três andares, e em alguns edifícios mais de 3 andares, com acesso ao exterior e corredores comuns que restringem os pátios interiores. Estes edifícios estiveram degradados durante muito tempo tanto no exterior como no interior, por falta de manutenção regular (Grosso, 2020).

O Bairro é visto por muitos como socialmente marginalizado, onde vivem diversos grupos sociais e étnicos que integram um espaço territorial comum. A zona do bairro da Bela Vista é constituída por três bairros diferenciados pela sua cor: o Bairro Amarelo (*Bairro da Bela Vista*); o Bairro Cor-de-Rosa (*Alameda das Palmeiras*) e o Bairro Azul (*Forte da Bela Vista*) (Grosso, 2020).

O Bairro da Alameda das Palmeiras (Bairro Cor-de-Rosa) foi edificado na década de 90, sendo contruído faseadamente. A primeira parte da construção iniciou-se em 1992, com 296 fogos. A segunda, começou a ser contruída a partir de 1993, tendo-se criado, no âmbito do Programa Especial de Realojamento mais 36 habitações (Grosso, 2020).

O Forte da Bela Vista (Bairro Azul) é composto por um conjunto de duas dezenas de edifícios, tendo um total de 167 fogos, 37 dos quais são propriedade privada. Ainda no perímetro desta zona, encontra-se o bairro das Manteigadas, sendo este o bairro que detém menos fogos. Está localizado numa zona envolvente à Bela Vista, e é o mais periférico de todos. Este Bairro, conta com 19 edifícios de habitação social, o que equivale a 114 fogos. Já a Quinta de Santo António tem 27 edifícios de habitação social com cerca de 302 fogos e coexiste com prédios construídos pela cooperativa da habitação CHESETUBAL. Estes são os bairros que compõem o território de implementação do PNBNC (CMS, 2021).

Segundo o estudo realizado pela Câmara Municipal de Setúbal (2007), intitulado *Estudo aos modos de vida da população dos bairros da Bela Vista*, realizado em abril de 2007, aferiu-se que a faixa etária com maior incidência nos três bairros (Amarelo, Rosa e Azul) situa-se entre os 15-24 anos, revelando assim que a população destes bairros é maioritariamente jovem. O Bairro Azul era o que tinha mais jovens e o Rosa o mais envelhecido (CMS, 2007).

A população destes bairros, apresenta um baixo nível de escolaridade, elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, sendo que dos 16-18 anos apenas 21,1% da população frequentou o ensino secundário. Observou-se também uma grande incidência de desocupação, inatividade, desemprego e precariedade laboral. A população que habita nestes três bairros, é uma população bastante carenciada que acaba por sofrer a exclusão social (CMS, 2007).

A taxa de desemprego situa-se nos 28,7%. A pobreza é uma realidade que afeta mais de metade da população residente no Bairro da Bela Vista, uma vez que a maioria das famílias declarava viver com dificuldades económicas, devido aos baixos rendimentos, ao custo de vida elevado, aos agregados numerosos e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho que também está ligado à baixa escolaridade (CMS, 2007).

A convivência entre grupos bastante heterogéneos, quer em termos culturais, quer relativamente ao modo e trajetória de vida cria, por vezes, situações de conflito e violência entre os moradores dos bairros ou com elementos externos. Eram frequentes os roubos, atos de vandalismo e problemas associados ao consumo de drogas e álcool. A degradação dos edifícios e espaços exteriores também era evidente. O lixo acumula-se pelo bairro e

o cuidado com a manutenção dos espaços comuns era praticamente inexistente (CMS, 2007).

A imagem que transparece é a de um bairro problemático, degradado e violento, onde predomina a insegurança e a pobreza. Com o passar dos anos, é difícil que estes estereótipos sejam desassociados, uma vez que a comunicação social é quem mais fundamenta estas designações. Foi com a identificação dos bairros e das pessoas com esta imagem negativa, que o Município procurou implementar um Programa de transformação dos bairros, seja a nível físico a partir de reabilitações nos espaços, quer ao nível dos espaços partilhados e na convivência dos moradores. Surgindo deste modo em 2009, o RUBE que é a designação para a *Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente*, foi criada uma estratégia pela Câmara Municipal de Setúbal, juntamente com agentes económicos e sociais da cidade (Grosso, 2020).

Mais tarde, em 2012, e a partir das experiências efetuadas neste Programa, a Autarquia implementa uma estratégia de participação e de organização de moradores para a zona da Bela Vista e a Zona Envolvente, designada de Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*.

6.2. Focus Group

O *Focus Group* foi realizado em três momentos diferentes, com 7 moradores dos 4 bairros abrangidos pelo programa. No decorrer da discussão, os moradores falaram de como era o bairro antigamente e como este hoje está completamente diferente. Abordaram assuntos como a exclusão social, dando o exemplo que os táxis e transportes públicos não passavam pelo bairro, uma vez que este era visto como um local perigoso e que, com a implementação do programa, foi melhorando ao longo dos anos. Os moradores também falaram da sua relação com vizinhos e que esta também tem sido cada vez melhor, uma vez que existem as reuniões de bairro e os mesmos podem discutir quais as melhorias que tem de fazer. Como ilustrado na Figura 6.1 foi a partir do *Focus Group* que se identificou o problema central “má imagem do bairro”, pois foi o ponto mais forte e mais vezes referido pelos moradores dos bairros, pois estes retrataram bastante o que sentiam nos anos prévios à criação do programa.

6.3. Análise SWOT

Na sequência da análise do documento *Estudo aos modos de vida da população da bela vista*, e após os resultados do *Focus Group*, foi elaborado um quadro de análise SWOT, que teve como objetivo identificar os pontos fortes e fracos do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*, assim como as suas respetivas ameaças e oportunidades de melhoria. Esta atividade foi de grande relevância para a análise do programa.

Esta ferramenta foi utilizada com o objetivo de avaliar o programa tendo em conta os seus pontos fortes e oportunidades, assim como as suas fraquezas e ameaças. Para esta análise aplicou-se a técnica de análise SWOT, que significa, em inglês, *strenghts, weakness, opportunities and threats*. Esta técnica permite realizar uma análise interna e externa de um determinado problema, com vista a identificar as forças e as oportunidades que devem ser potenciadas nas intervenções, sendo, por isso, uma forma de organizar as suas características. No entanto, possui algumas desvantagens como o facto se for realizada sem critérios, não tem muito a acrescentar à estratégia de intervenção (Fialho, Da Silva & Saragoça, 2020).

No quadro abaixo, apresentam-se as principais forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do Programa de Intervenção “Nosso Bairro Nossa Cidade”.

Quadro 6.1- Análise SWOT do Programa de Intervenção “Nosso Bairro Nossa Cidade”

Forças:	Oportunidades:
<ul style="list-style-type: none">• Relação próxima entre os moradores e as Técnicas da câmara;• Realização de encontros para a apresentação de propostas para a melhoria dos bairros;• Forte envolvimento das Técnicas da autarquia aos	<ul style="list-style-type: none">• Os moradores são autossuficientes para a organização de atividades;• Os moradores são autossuficientes para a realização de grupos de trabalho para a discussão de estratégias e propostas apresentadas nos encontros.

<p>Bairros e ao programa de intervenção.</p>	
<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de adesão ao programa de alguns residentes; • Falta de interesse de alguns moradores para a participação nas atividades e reuniões do programa; • Falta de adesão da população jovem. • Pouco desenvolvimento das redes sociais em relação ao Programa. 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fim do programa e o risco da sua não continuidade.

Fonte: Autoria própria

A partir da análise SWOT foi possível identificar um conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, conforme descritas abaixo,

Como forças, foram identificadas as seguintes variáveis: Relação próxima entre os moradores e as técnicas da câmara; Realização de encontros para a apresentação de propostas para a melhoria dos bairros; e Forte envolvimento das técnicas da autarquia aos bairros e ao programa. Estas variáveis foram identificadas como forças, pois permitem que exista uma discussão saudável entre a autarquia e os moradores dos bairros através das suas relações. Ao terem uma relação mais próxima, tanto os moradores como as técnicas da autarquia, sentem-se mais à vontade para discutir e resolver os problemas que

são sentidos pelos moradores e pode ser um estímulo para a continuidade do programa. Os moradores ao realizarem as reuniões e os encontros para a discussão de propostas de melhoria do bairro, poderá ser uma forma para envolver e integrar os moradores que não participam no programa.

Nas fraquezas foram identificadas as seguintes componentes: a falta de adesão ao programa por parte de alguns residentes nos bairros; falta de interesse de alguns moradores para a participação nas atividades e reuniões do programa; falta de adesão da população mais jovem; pouco desenvolvimento das redes sociais em relação ao programa. Estas componentes foram identificadas como fraquezas, pois dessa forma o programa não consegue alcançar o seu propósito, acabando por não chegar a todos os moradores dos bairros aderentes. Isto pode levar também à fraca e até à inexistência da participação dos moradores na discussão e no envolvimento de todos no cumprimento e no respeito das regras e normas de convivência. Além disso, o facto de não haver jovens a participar no programa, leva a que este seja mais direccionado para os moradores mais velhos, pois a maioria da população que participa nas suas atividades e reuniões são as pessoas mais velhas.

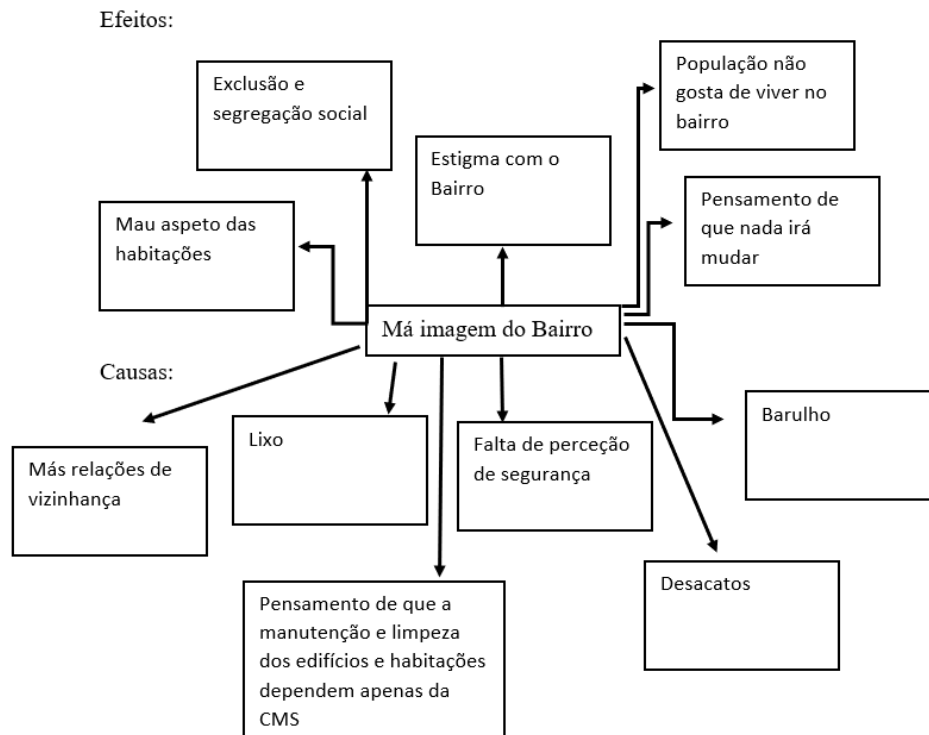
Também foram identificadas como oportunidades as seguintes variáveis: moradores são autossuficientes para a organização de atividades; os moradores são autossuficientes para a realização de grupos de trabalho para a discussão de estratégias e propostas apresentadas nos encontros.

6.4 Árvore de Problemas de Objetivos

A árvore de problemas é uma representação gráfica de uma situação problemática (o tronco), através da qual são identificadas as principais causas (raízes da árvore) e os efeitos negativos que essa situação/problema provoca num determinado território ou população ramos e galhos). Esta representação permite visualizar mais detalhadamente os problemas, através de uma análise causal, identificando as suas causas e consequências. Nesta árvore de problemas podemos observar que o problema central é a má imagem do bairro, que é causada pelo lixo na via pública, pela insegurança que é sentida pelos moradores e pela falta de manutenção das habitações. Estas causas acabam por ter como consequência, a exclusão social e a segregação; o pensamento de que tudo irá continuar assim, não havendo iniciativa dos habitantes em mudarem as suas atuais

situações. Existe também um estigma para com o bairro que advém da população que não habita no mesmo devido ao aspeto que o mesmo tem.

Figura 6.1 - Árvore de Problemas

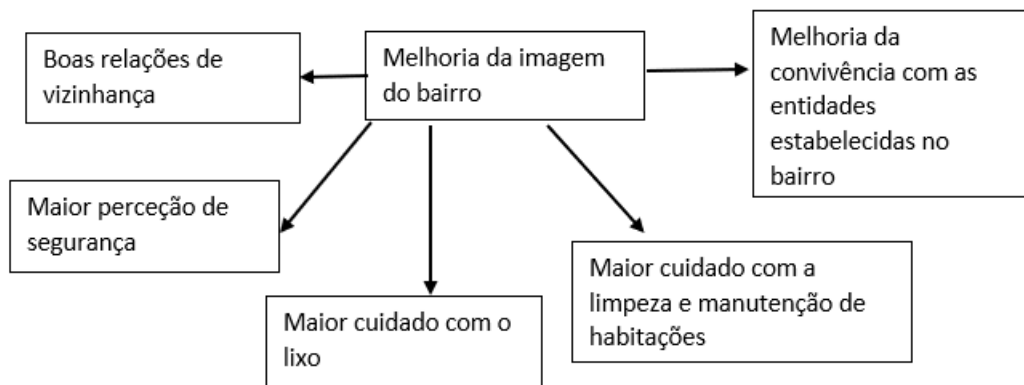


Fonte: Autoria própria

Para combater os problemas expostos na árvore de problemas, construiu-se uma árvore de objetivos a qual, não só ajuda na resolução de problemas, como fornece alternativas de intervenção. O objetivo da árvore de objetivos é transformar as causas negativas identificadas em positivas. Para a criação da árvore de objetivos é necessário rescrever cada um dos problemas pela positiva. (Pena, 2005).

De seguida, a árvore de objetivos mostra que, para combater o problema principal da má imagem do bairro, é necessário maior cuidado, por parte dos moradores, com o lixo, com a manutenção e com a limpeza dos edifícios e das habitações e que, para que existam menos problemas com as relações de vizinhança, é necessária uma maior convivência com as entidades que estão estabelecidas no bairro.

Figura 6.2- Árvore de Objetivos



Fonte: Autoria própria

7. Planeamento e Avaliação das Ações do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*

Considerou-se pertinente a elaboração de um quadro de medidas, uma vez que este permite focar a atenção de todos os atores envolvidos no projeto na resolução dos problemas de maneira que surjam sugestões de medidas imediatas, para se puder alcançar o objetivo do projeto. Os problemas apresentados no Quadro de Medidas surgiram a partir da criação da árvore de problemas.

7.1. Quadro de Medidas

O quadro de medidas tem como objetivo focar a atenção dos atores envolvidos na resolução dos problemas identificados na fase do diagnóstico (Pena, 2005). Neste quadro, são apresentados os problemas que foram identificados na árvore de problemas e a respetiva proposta de medidas de ação de melhoria a implementar no âmbito do Programa (conforme quadro 6.2).

Quadro 7.1 - Quadro de Medidas de Melhoria a implementar no âmbito do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade

Problemas /Medidas	Má imagem do Bairro	Insegurança	Más relações de Vizinhaça	Falta de Manutenção das habitações	Falta de acesso à saúde
Participação dos moradores no Programa			**		
Limpeza dos espaços grandes	***			**	
Requalificação de edifícios e habitações	***			**	
Atividades culturais, desportivas e educativas	**	*	*		
Promoção da segurança no Bairro	**	***			
Necessidade de Acesso à Saúde					***

Legenda: Contribuição = *; Importante= **; Muito Importante = ***

Fonte: Autoria própria

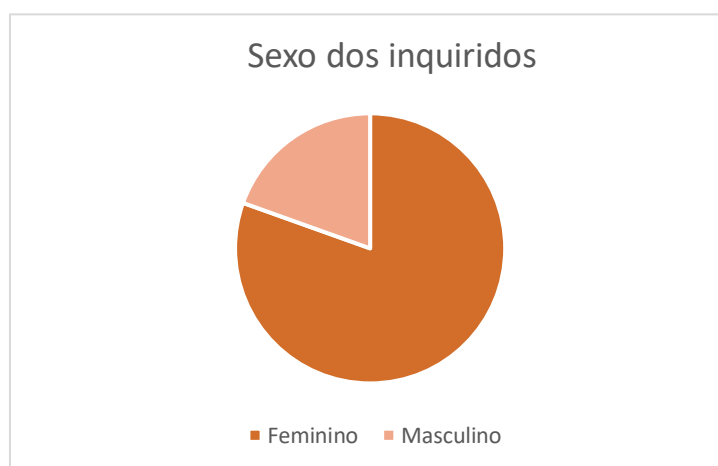
7.2 Avaliação do Programa *Nosso Bairro Nossa Cidade*: a perspetiva dos Moradores

A partir da análise dos inquéritos por questionário aplicados aos moradores/participantes dos bairros que integram o programa *Nosso Bairro Nossa Cidade*, foi possível caracterizar o seu perfil sociodemográfico e avaliar a sua satisfação em relação às ações do Programa.

7.2.1 Perfil Sociodemográfico dos Moradores Participantes

A população alvo conta com 129 moradores/participantes do Programa *Nosso Bairro Nossa Cidade*. A maioria dos respondentes é do sexo feminino (80%), o que corresponde a 103 respostas. As restantes 25 respostas, representam 20%, do sexo masculino.

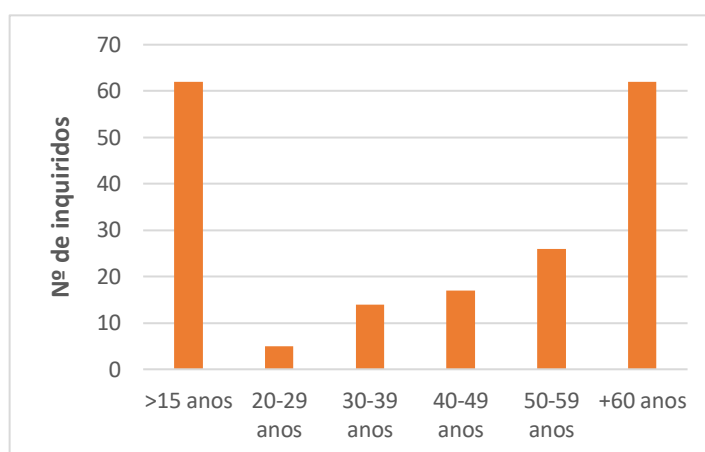
Gráfico 7.1- Sexo dos Inquiridos



Fonte: Autoria própria

Nos gráficos seguintes, estão representadas as idades e o estado civil dos moradores. As idades predominantes são + 15 anos e +60 anos.

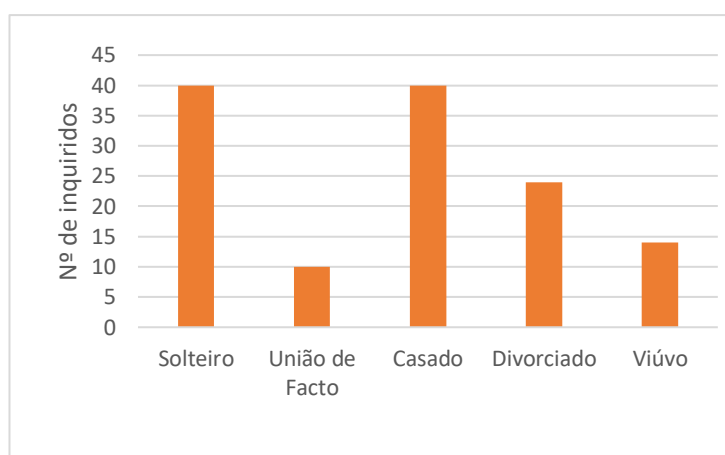
Gráfico 7.2- Idade dos Inquiridos



Fonte: Autoria própria

Em relação ao estado civil, os mais representativos são *solteiros* com 40 respostas, e *casados* com 40 respostas.

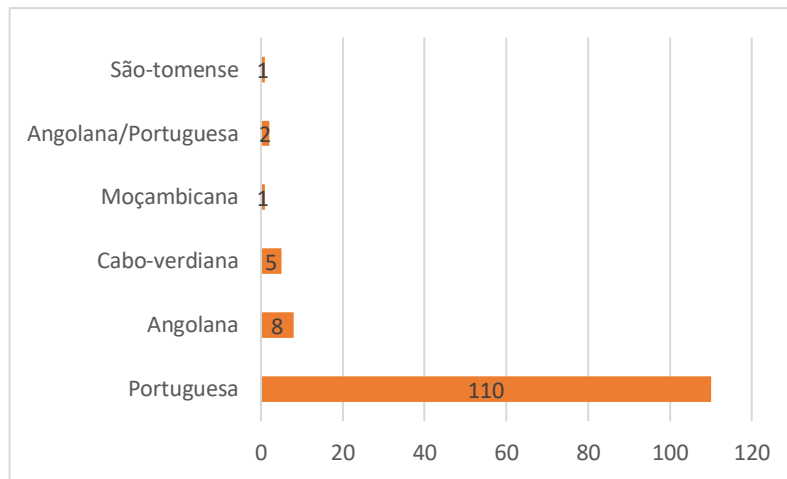
Gráfico 7.3- Estado Civil



Fonte: Autoria própria

A partir da análise das respostas, foi possível entender que a grande maioria dos moradores dos bairros possui nacionalidade portuguesa (87%), seguida da nacionalidade angolana com (6%), cabo-verdiana (4%), moçambicana e são-tomense com 3%. A diversidade de nacionalidades e grupos étnicos é bastante presente nos cinco bairros que são abrangidos pelo Programa. Apesar da maioria dos inquiridos serem de nacionalidade portuguesa, há muitos que detêm a dupla nacionalidade; são principalmente naturais de países africanos. No entanto, existem também moradores que vem de outras cidades portuguesas.

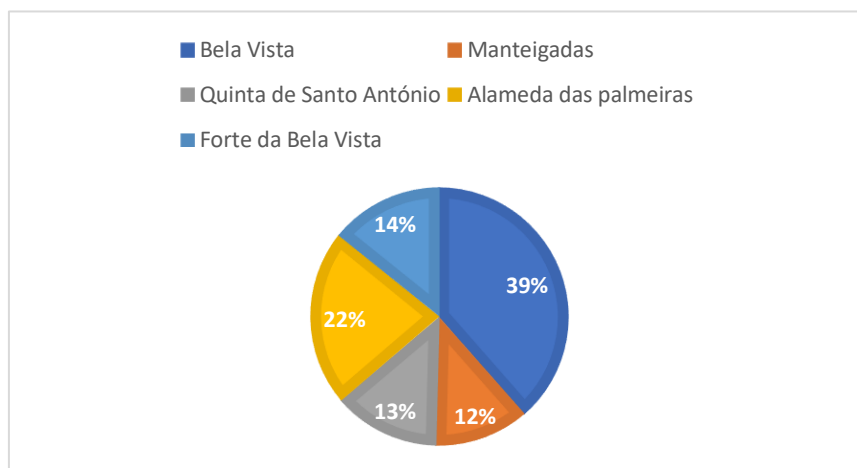
Gráfico 7.4- Nacionalidade



Fonte: Autoria própria

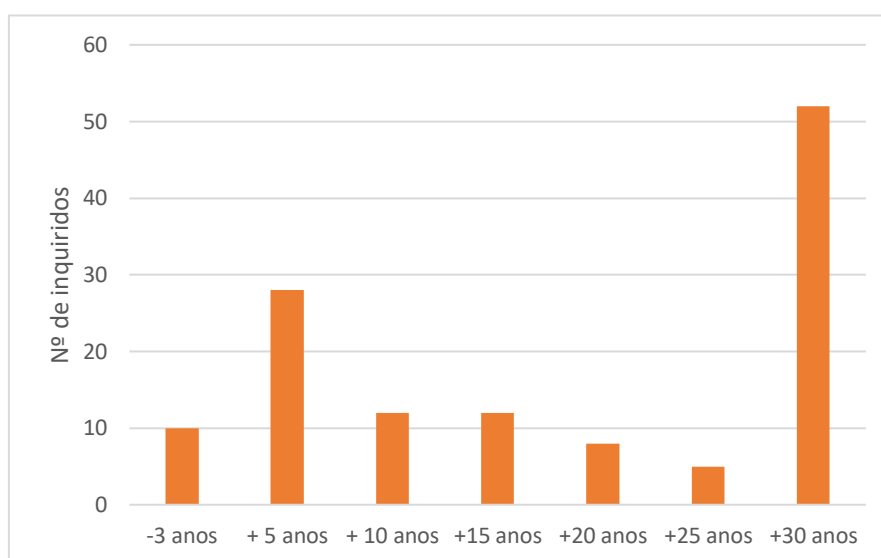
No gráfico 7.5 está representada a percentagem de moradores e dos bairros onde habitam, sendo o bairro da Bela Vista, o que tem maior representatividade tendo 39% dos respondentes, seguido pelos bairros Alameda das Palmeiras com 22%, Forte da Bela Vista com 14%, Quinta de Santo António com 13% e, por fim, o Bairro das Manteigadas com 12%. Em relação, aos anos em que vivem no bairro a maioria dos inquiridos vive nos bairros à + 30 anos (Gráfico 7.6).

Gráfico 7.5- Bairro onde mora



Fonte: Autoria própria

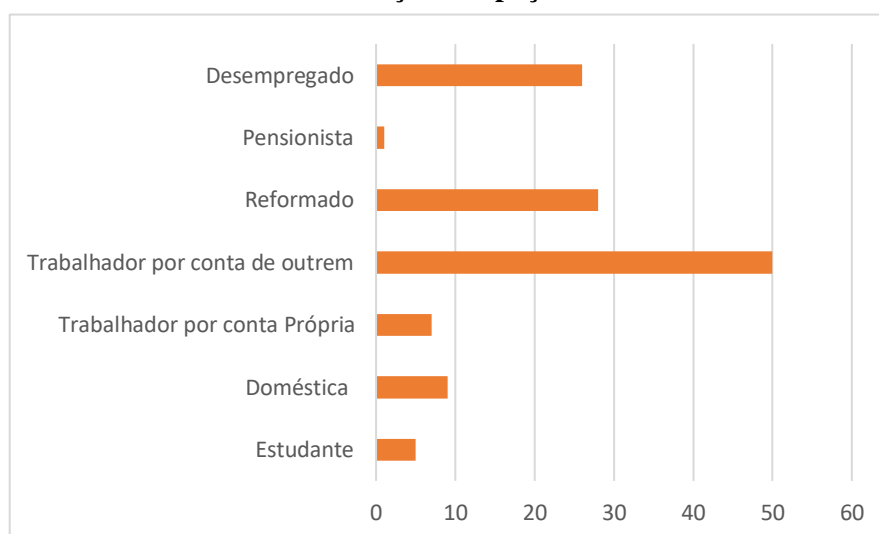
Gráfico 7.6- Anos em que vive no bairro



Fonte: Autoria própria

Em relação à situação profissional (conforme Gráfico 7.7), entre os moradores predominam os trabalhadores por conta de outrem (50 respostas), seguidos pelos reformados (28 respostas) e desempregados (26).

Gráfico 7.7- Situação/Ocupação Profissional

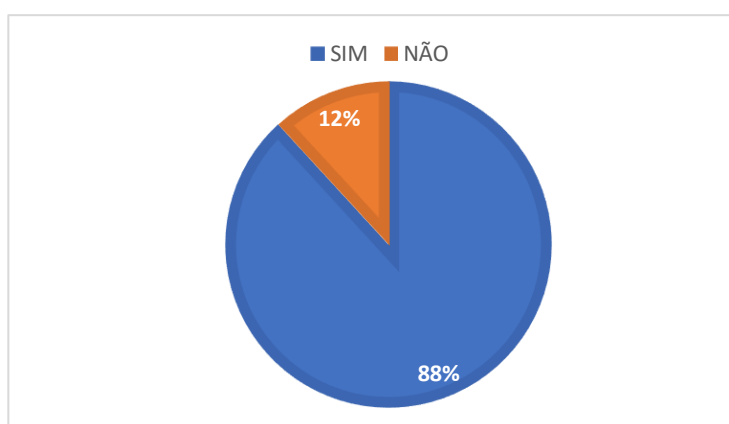


Fonte: Autoria própria

7.2.2 Análise da percepção e satisfação dos Moradores Participantes

Em termos do conhecimento sobre as atividades e projetos do Programa, foi possível constatar que cerca de 88% dos inquiridos conhecem o Programa. No entanto, isto não significa que os restantes 12% não o conheçam (Gráfico 7.8).

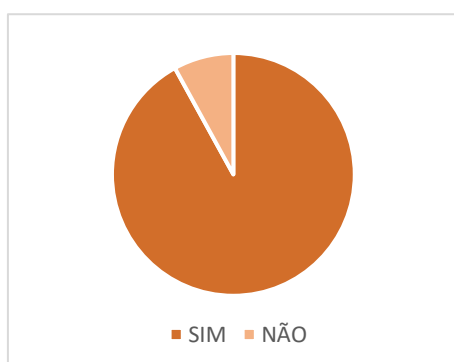
Gráfico 7.8- Conhecimento do programa



Fonte: Autoria própria

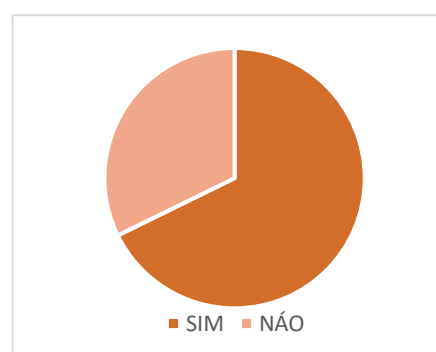
Nas restantes questões em relação ao conhecimento de atividades que acontecem no bairro devido ao Programa, é possível ver que a grande maioria dos respondentes participa das mesmas. É referido que não participam em atividades que não lhes são indicadas para, como é o caso do projeto do estudo acompanhado, pois alguns dos moradores não tem filhos, na idade abrangida pelo projeto, pelo que não podem dar uma opinião sobre a atividade. Esta situação verifica-se também relativamente ao estúdio de som e imagem, porque muitos moradores não conhecem o espaço por viverem num bairro diferente daquele em que o estúdio está situado. Nos gráficos seguintes é possível observar o nível de conhecimento das reuniões, atividades e projetos do programa (Gráficos 7.9, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 7.20).

Gráfico 7.9- Conhecimento das reuniões



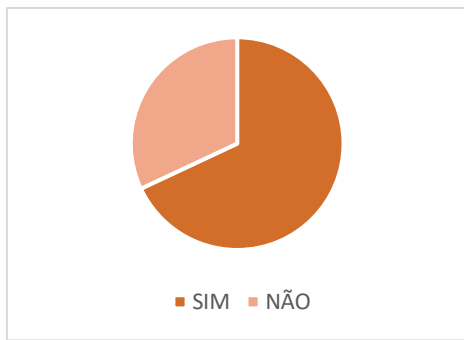
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.10- Reuniões de interlocutores



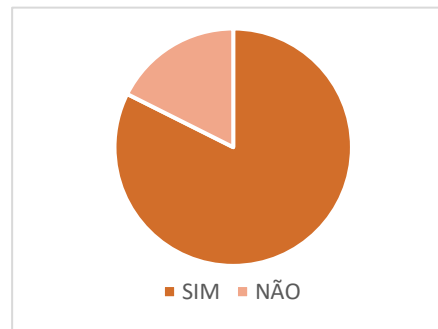
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.11- Reuniões de grupos de trabalho



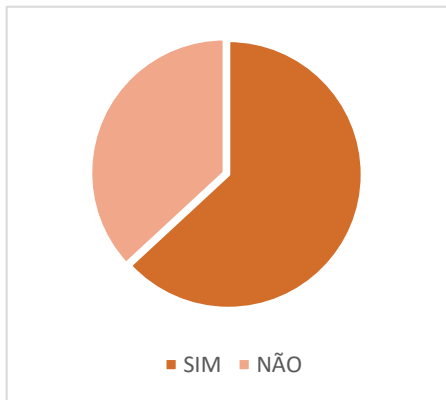
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.12- Setúbal + Bonita



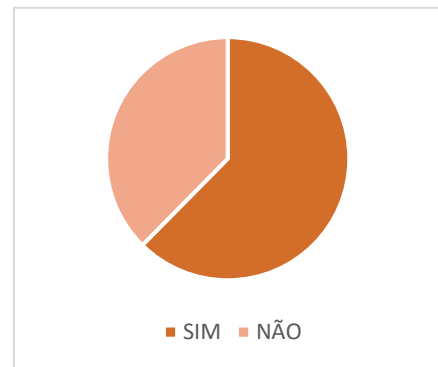
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.13- Projeto de alfabetização



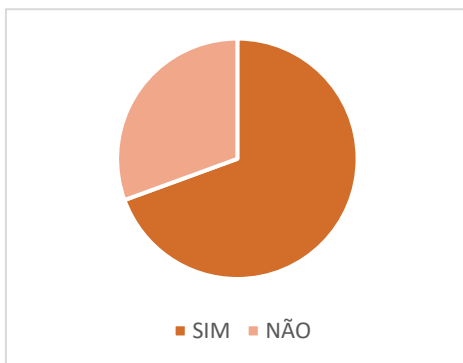
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.14- Boletim Informativo



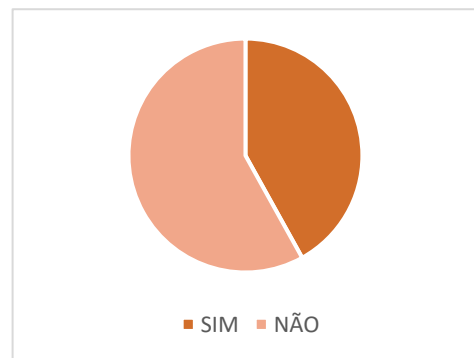
Fonte: Autoria Própria

Gráfico 7.15- Estúdio de Som e Imagem



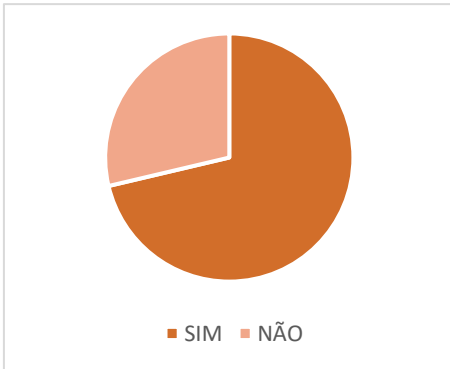
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.16- Cinema na Rua



Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.17- estudo acompanhado



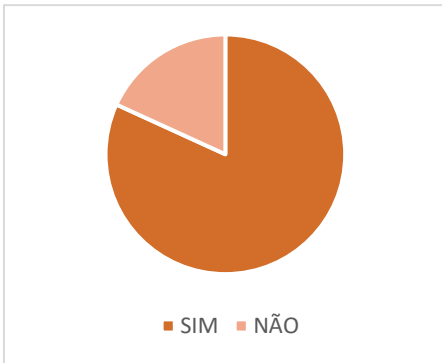
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.18- Caminhadas



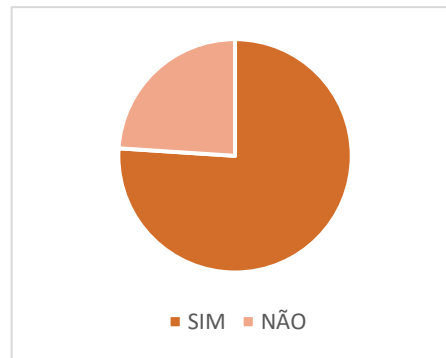
Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.19- Saúde no Bairro



Fonte: Autoria própria

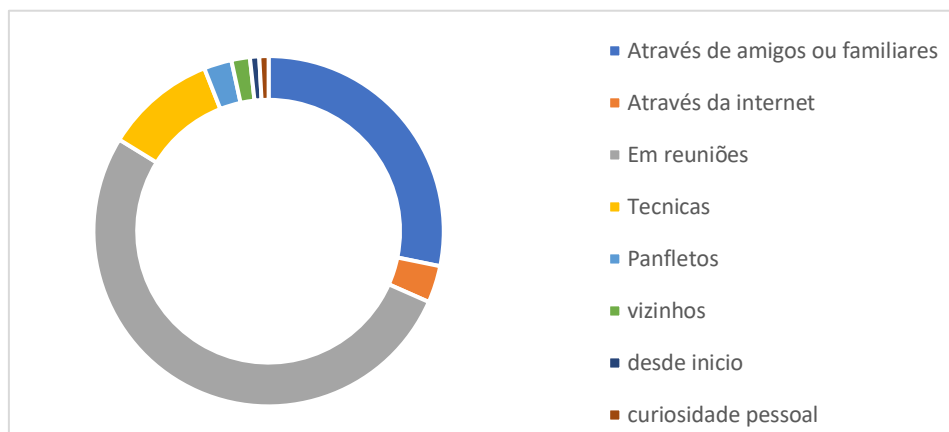
Gráfico 7.20- Stand Feira de Santiago



Fonte: Autoria própria

Relativamente à questão de como tiveram conhecimento do Programa e das suas atividades, 52% dos inquiridos refere que foi nas reuniões de prédio ou de pátio que o mesmo lhes foi dado a conhecer o mesmo ou através de amigos e familiares que já eram participantes do Programa (28%). Os inquiridos que afirmam ter conhecido o Programa de outra forma, na sua grande maioria dizem que este lhes foi apresentado pelas Técnicas (10%). Muitos referem que aquelas são bastantes acessíveis e que lhes transmitem diversas informações. Alguns moradores tiveram conhecimento do Programa a partir dos panfletos deixados nas suas caixas de correio e outros que participam no programa desde que este foi iniciado e por curiosidade pessoal (Gráfico 7.21).

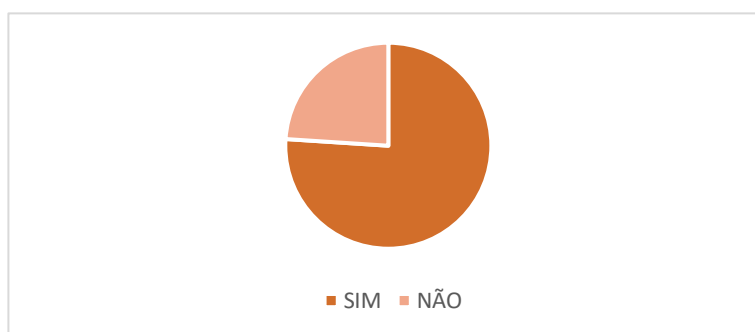
Gráfico 7.21- Como teve conhecimento do Programa



Fonte: Autoria própria

Na questão da participação (conforme Gráfico 7.22), 76% dos respondentes, afirmam que participam nas atividades e projetos do Programa, já os restantes 24% não participam devido a problemas de saúde, à falta de flexibilidade com os seus horários de trabalho ou a falta de tempo. Outros afirmam também que a pandemia afetou um pouco a sua participação, por isso evitam participar nas atividades.

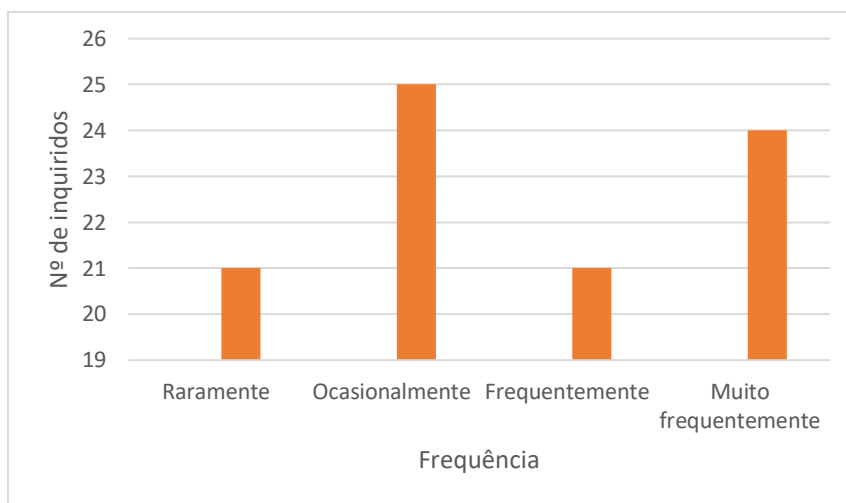
Gráfico 7.22- Participação nas atividades e projetos



Fonte: Autoria própria

No gráfico 7.23 verifica-se a frequência de participação dos moradores nas atividades do programa, sendo que, uma escala de 1 a 4, onde 1 significa *raramente*, 2= *ocasionalmente*, 3= *frequentemente* e 4= *muito frequentemente*, as respostas 2 e 4 foram as mais respondidas. 25 inquiridos participam *ocasionalmente* devido às razões acima referidas e muitas vezes participam mais em reuniões de prédio e pátio. 24 respondentes afirmam que participam *muito frequentemente* nas atividades do Programa.

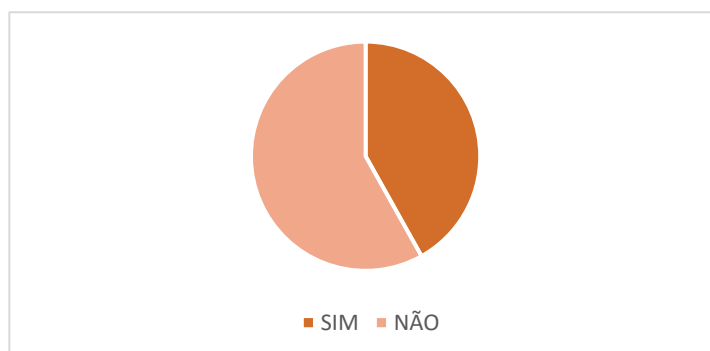
Gráfico 7.23- Com que frequência participa



Fonte: Autoria própria

Ao questionar se os moradores estavam inseridos em grupos de trabalho ou comissões de alguma atividade, dos 128 respondentes apenas 49 (42%) fazem parte de um grupo ou comissão. Os restantes 68 (58%) não participam em nenhuma das duas. No gráfico 7.25 pode verificar-se o grau de satisfação dos participantes relativamente a estas atividades. A maioria se encontra satisfeita e apenas dois estão indiferentes. Os respondentes que não fazem parte de uma comissão ou grupo de trabalho justificaram, que não participam devido à falta de conciliação com o horário de trabalho, motivos de saúde, falta de vontade de participar e por terem terceiros a seu cargo.

Gráfico 7.24- Esteve inserido em algum grupo de trabalho

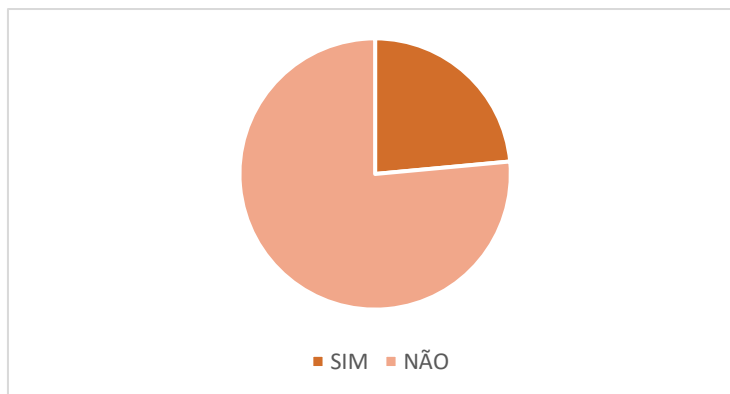


Fonte: Autoria própria

Em relação às ações de formação realizadas no âmbito do programa dos 119 respondentes, 28 (24%) já participaram nas ações e os restantes 91 (76%) nunca

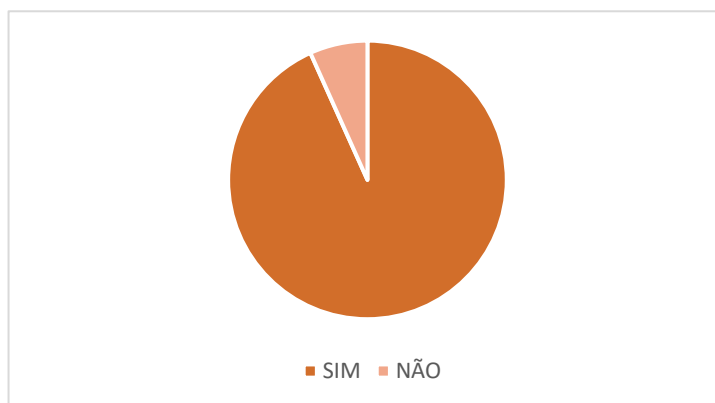
participou em uma ação de formação realizada pelo programa. Os que participaram nas ações de formação afirmam que estas corresponderam às suas expectativas.

Gráfico 7.25- Participa em alguma ação de formação



Fonte: Autoria própria

Gráfico 7.26- Correspondeu às suas expectativas



Fonte: Autoria própria

8. Balanço do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*

O Bairro da Bela Vista e a zona envolvente foram contruídos para realojar as famílias que saíram da zona rural para a zona urbana, com o objetivo de encontrar trabalho na indústria. As condições das habitações para estas eram degradantes.

A imagem que a população tinha sobre o bairro da Bela Vista foi, de alguma forma, mudando com os anos, como afirmam alguns moradores. Estes dizem que antes do programa, as pessoas tinham medo de ir visitar o bairro porque não era seguro. Ou seja, o olhar das pessoas que viviam fora do bairro era altamente estigmatizador. No que diz respeito à melhoria da imagem do bairro, dos 119 respondentes desta questão, 111 (93%) afirmam que o programa tem contribuído para a melhoria da imagem do bairro e os

restantes 8 (7%), afirmam que não tem melhorado dando a justificativa de que não vêm alterações e que o bairro para eles continua igual, afirmam que para que haja realmente uma melhoria todos os moradores deveriam participar nas atividades do Programa.

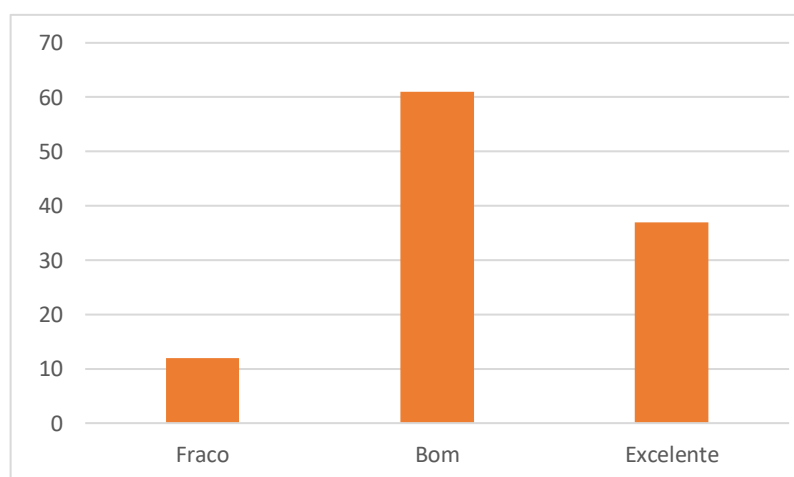
Gráfico 8.1- Contribuição do Programa para a melhoria da imagem do bairro



Fonte: Autoria própria

Avaliam assim este contributo, na sua maioria, como um Bom (55%). Alguns moradores afirmam que não é excelente para eles, pois sentem que ainda podem ser feitas outras coisas para melhorar.

Gráfico 8.2- Avaliação do contributo para a melhoria

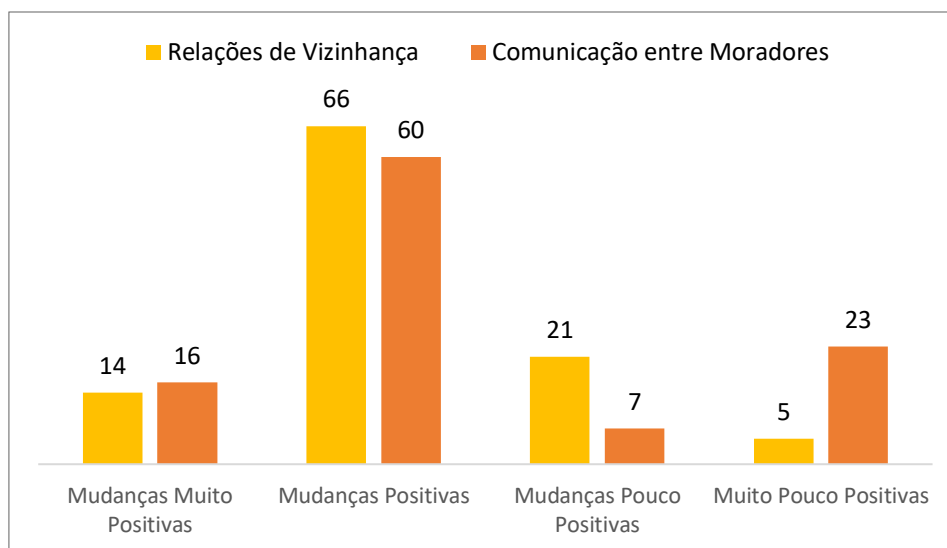


Fonte: Autoria própria

De modo a dar a perceber as mudanças que foram sentidas e provocadas pelo programa, os moradores foram questionados sobre se sentiram mudanças muito positivas, mudanças positivas, mudanças pouco positivas ou mudanças muito pouco positivas. A primeira questão diz respeito à comunicação entre moradores (barra laranja). Dos 106 respondentes, a grande maioria, 60 dos respondentes, afirma aconteceram mudanças positivas e que o programa permitiu uma maior comunicação com os moradores dos cinco

bairros. Em relação às relações de vizinhança, 66 dos 106 respondentes afirmam que as relações de vizinhança (barra amarela) tiveram mudanças positivas. Muitos afirmam que nunca tiveram qualquer tipo de problema com os seus vizinhos e que têm uma boa relação.

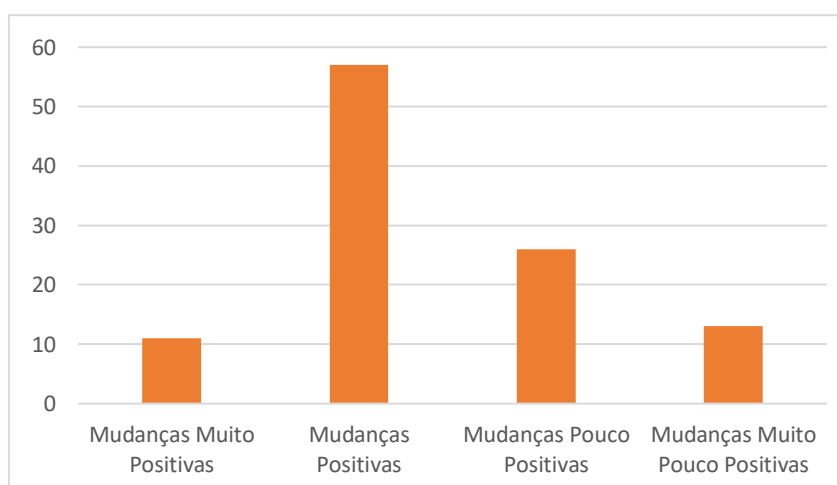
Gráfico 8.3- Comunicação e relações de vizinhança



Fonte: Autoria própria

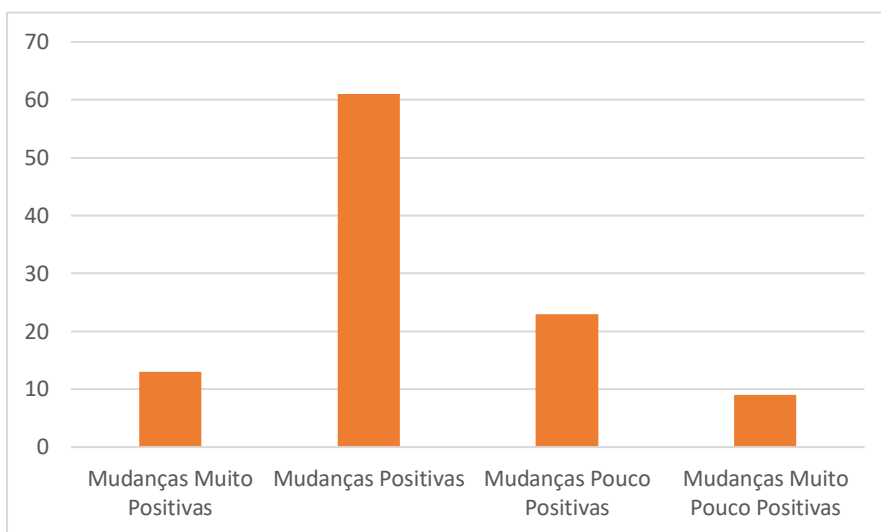
As mudanças sentidas na limpeza de espaços partilhados e na perceção de segurança ilustradas pelos gráficos abaixo, também na sua maioria tiveram uma resposta positiva dos moradores. Muitos afirmam que, com as reuniões e os encontros, os moradores tornaram-se mais conscientes e a maioria tenta deixar os espaços limpos e seguros.

Gráfico 8.4- Perceção de Segurança



Fonte: Autoria própria

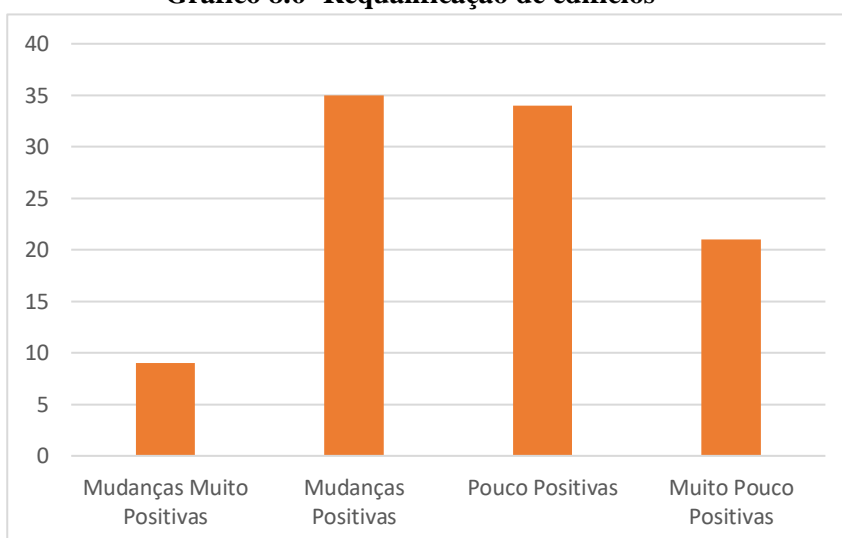
Gráfico 8.5- Limpeza e espaços partilhados



Fonte: Aatoria própria

Já no que diz respeito à requalificação de edifícios e habitações, as opiniões divergem um pouco. Os moradores que afirmam que a mudança tem sido pouco positiva (34 respostas) e muito pouco positiva (21 respostas), afirmam que têm problemas nas suas habitações e que a resolução do problema demora, o que se traduz numa frustração no que diz respeito a este assunto. Já os que afirmam que a mudança tem sido positiva (35 respostas), não falam apenas das suas habitações, pois afirmam que, sempre que tiveram um problema, o mesmo foi rapidamente resolvido ou afirmam que nunca tiveram qualquer problema nas suas casas.

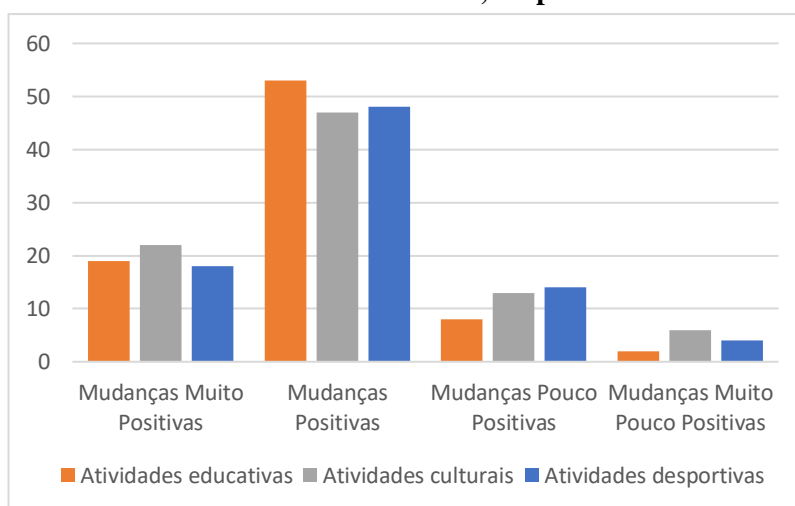
Gráfico 8.6- Requalificação de edifícios



Fonte: Aatoria própria

No que diz respeito às atividades culturais, educativas e desportivas, a maioria afirma que as mudanças foram positivas, pois em relação às atividades culturais, os moradores dizem que as festas estimulam o convívio e a comunicação entre si. Nas atividades educativas, os moradores com filhos que participam nas atividades do estudo acompanhado e nas férias do bairro afirmam que estas ajudam os seus filhos que possam ter dificuldades nos estudos e, de certa forma, também promovem o convívio e a comunicação entre a população mais jovem destes bairros. As atividades desportivas, estimulam o bem-estar físico dos moradores. Uma vez que a população participante deste Programa é idosa, muitos dizem que as caminhadas estimulando a sua atividade física.

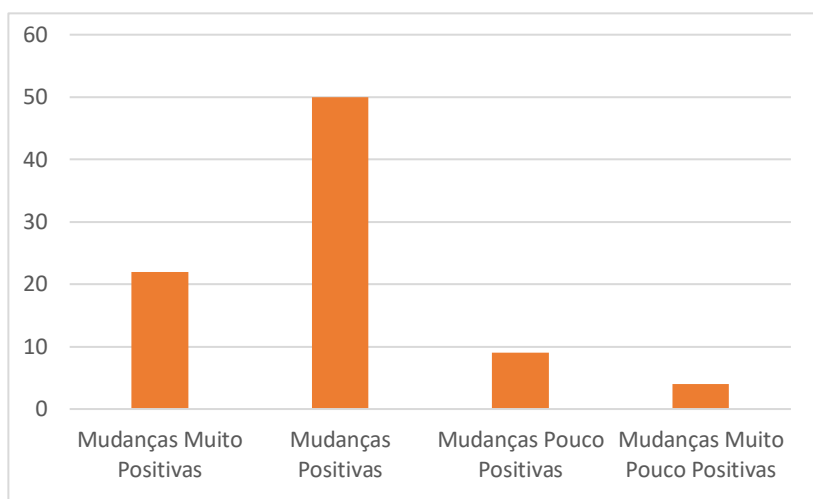
Gráfico 8.7-Atividades educativas, desportivas e culturais.



Fonte: Autoria própria

Relativamente às atividades na área da saúde, os moradores afirmam que têm sentido mudanças positivas, pois agora têm, por exemplo, a medição da tensão que lhes permite controlar a sua tensão e ter mais atenção à mesma. Existem várias formações e rastreios relacionados com a saúde, que têm vindo a instruir e alertar os participantes e moradores sobre problemas que os mesmos não tinham conhecimento. As atividades na área da saúde têm ajudado a prevenção de certos problemas e têm vindo a fornecer conhecimentos aos moradores.

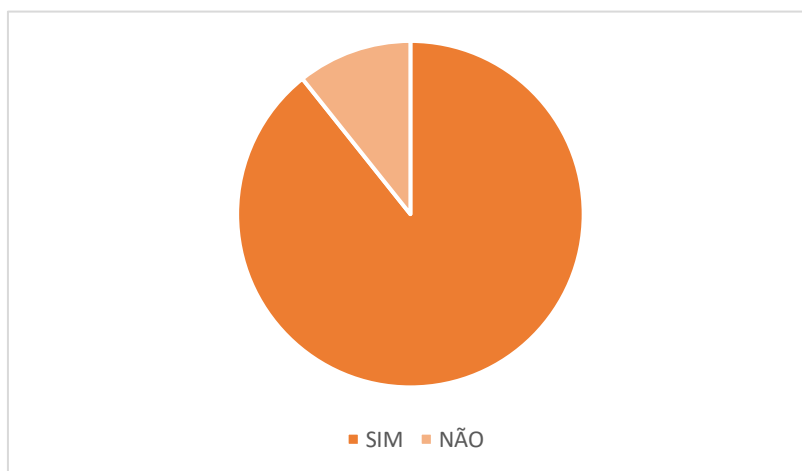
Gráfico 8.8- Área da Saúde



Fonte: Autoria própria

Sobre os espaços *Nosso Bairro, Nossa Cidade* criados em quatro dos cinco bairros, a maioria dos respondentes afirmam que conhecem esses espaços, a maior parte conhece apenas os espaços que estão nos seus bairros. Quem conhece mais do que um espaço, afirma que conhece os meus devido às atividades em que participa.

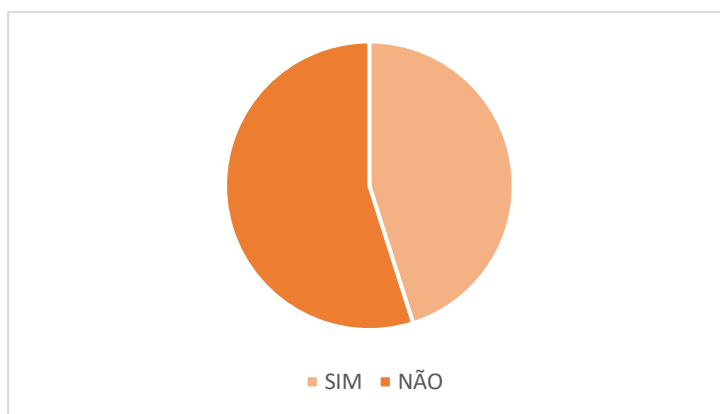
Gráfico 8.9- Conhecimento dos espaços NBNC



Fonte: Autoria própria

No entanto, apenas 46 respondentes (45%), participa nas atividades que lá são realizadas. Os restantes 56 (55%), não participa nas atividades que lá são dinamizadas, devido a incompatibilidade de horários de trabalho, falta de tempo, motivos de saúde e por terem terceiros a seu encargo.

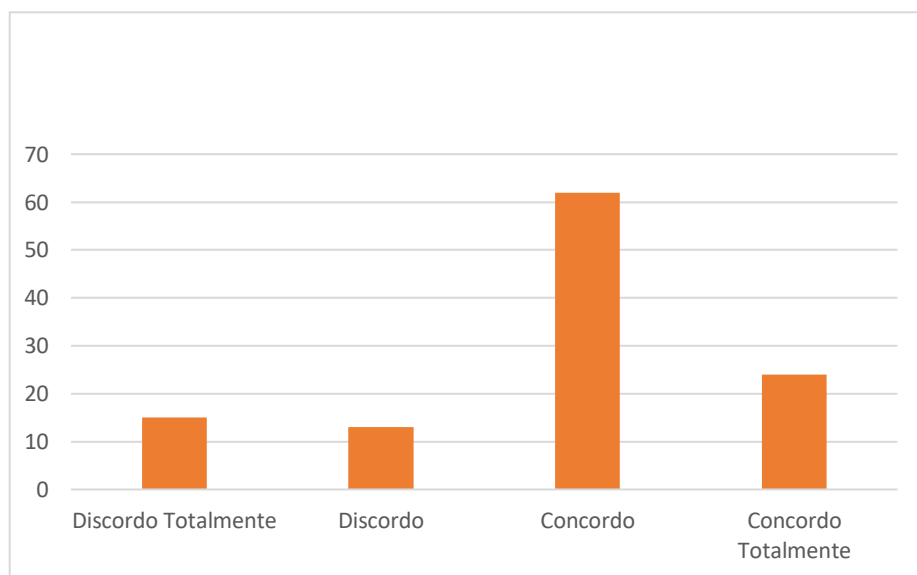
Gráfico 8.10-- Participa nas atividades lá dinamizadas



Fonte: Autorial própria

A última parte do questionário baseou-se em frases que foram ditas na entrevista de focus group com alguns dos moradores dos cinco bairros, de forma a ver se os restantes dos moradores respondentes estão de acordo com as mudanças que o programa foi provocando. 62 respondentes, afirmam que antes de haver o programa o bairro tinha uma imagem muito negativa, o que afastava o resto da população do bairro, no entanto alguns moradores apontam que esta negatividade existia mais perante o Bairro da Bela Vista do que os restantes.

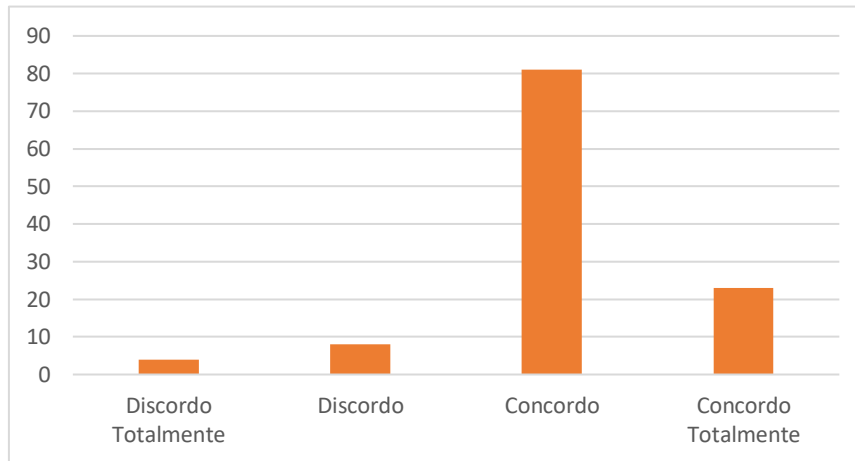
Gráfico 11- Imagem do Bairro antes do programa



Fonte: Autorial própria

Os moradores também na sua grande maioria concordam que o bairro, ao longo dos anos sofreu uma grande evolução na sua imagem, e que agora está bastante melhor e diferente do que era no passado.

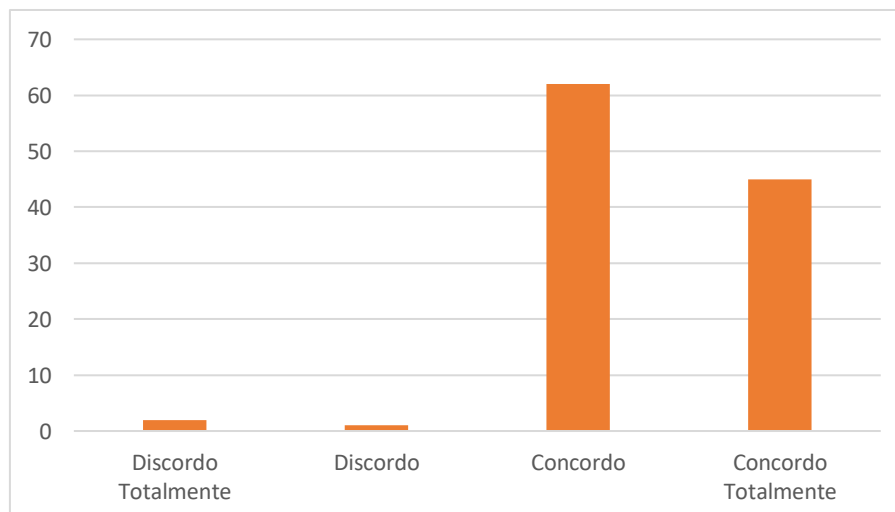
Gráfico 8.12- O bairro está diferente



Fonte: Autoria própria

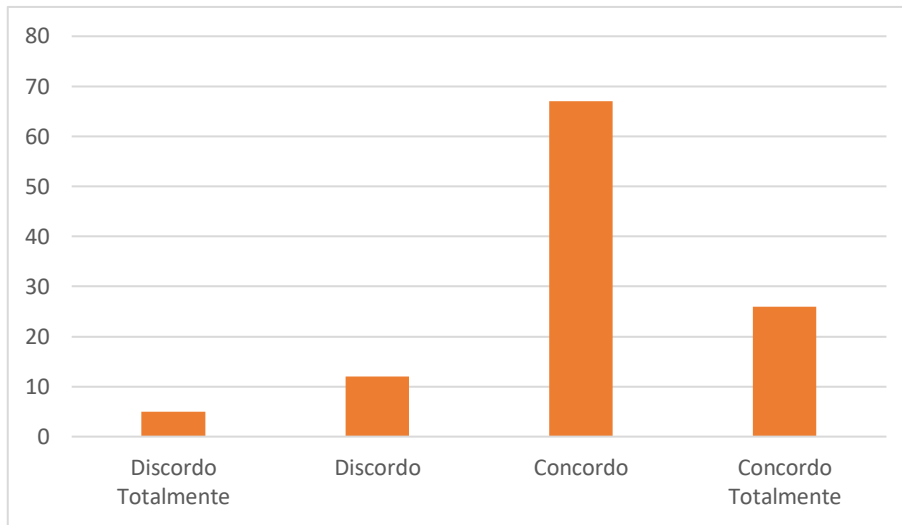
Também afirmam que ganharam uma maior consciência sobre o bairro, e que é preciso haver uma iniciativa da sua parte para que seja notada a diferença, e o programa tem vindo a mostrar como podem melhorar a sua convivência no bairro.

Gráfico 8.13- Moradores ganharam mais consciência



Fonte: Autoria própria

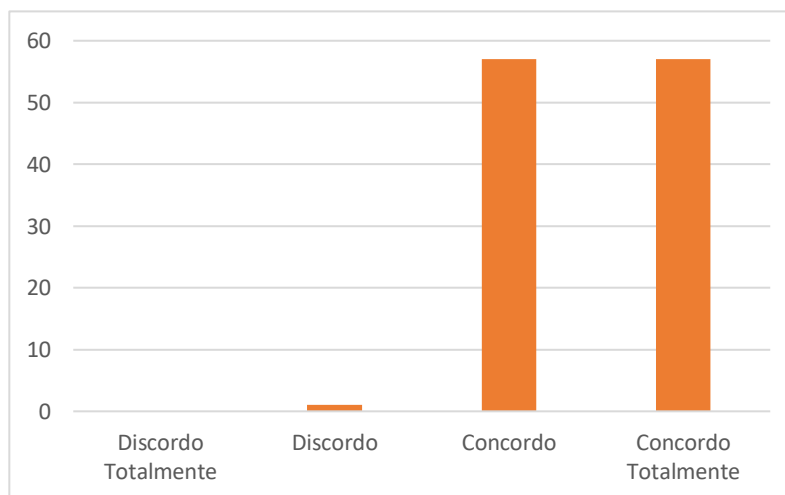
Gráfico 8.14- Moradores vistos como "adormecidos"



Fonte: Autoria própria

Antes do programa, os moradores concordam que havia uma distância entre as pessoas, não comunicavam uma com as outras e eram afastadas, hoje com o programa já estão mais próximas e comunicam com pessoas de outros bairros.

Gráfico 8.15-Gosto pelo bairro

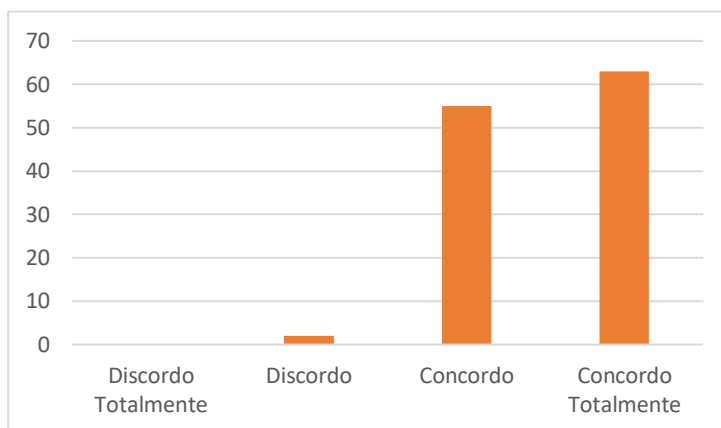


Fonte: Autoria própria

Dos 120 respondentes a esta questão, apenas dois afirmam que não gostam do bairro onde vivem, dizendo que se tivessem oportunidade sairiam das suas casas. No entanto, os restantes 118 respondentes, gostam do bairro onde vivem, alguns afirmam que gostam bastante da sua vizinhança e que não mudaria o local onde vivem por nada.

116 respondentes, acreditam que ainda existem questões que tem de ser melhoradas, como por exemplo, melhorar a imagem do parque habitacional de certos bairros e aumentar a participação dos moradores nas ações.

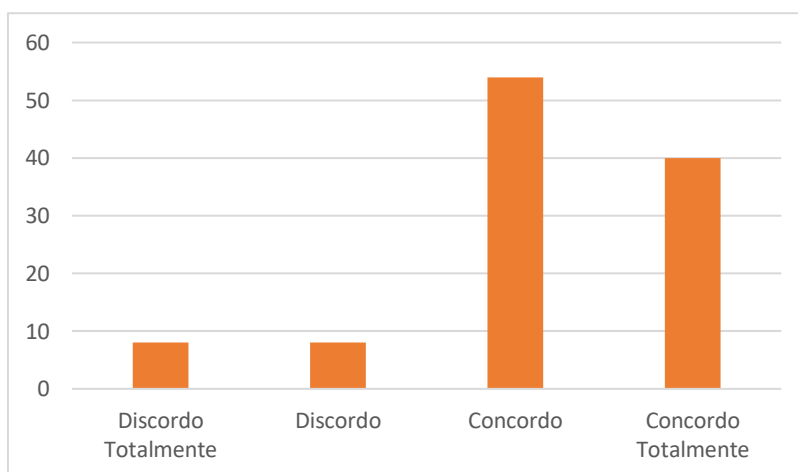
Gráfico 8.16- Aspetos a melhorar no bairro



Fonte: Autoria própria

Ao perguntar se são de acordo com a afirmação “Se o programa terminar vai haver um retrocesso naquilo que os moradores conseguiram até hoje.”, 16 dos respondentes discordam da mesma, afirmam que ficaria tudo igual, no entanto os 94 respondentes que concordam com a afirmação, pensam que se o programa terminar, irá existir um descuido e desinteresse dos moradores para continuar com o todo o trabalho que foi iniciado.

Gráfico 8.17- Retrocesso e desinteresse após o programa terminar

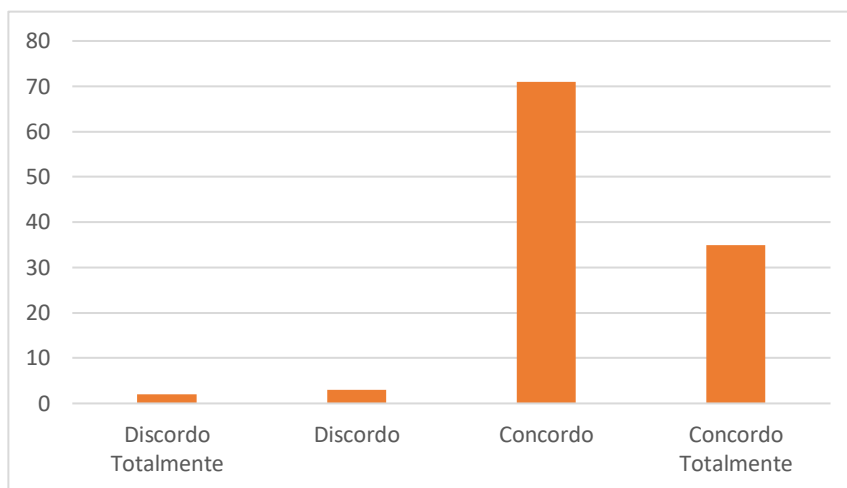


Fonte: Autoria própria

O programa também trouxe um sentido de melhoria nos moradores, 106 respondentes concordam com a afirmação que o programa incutiu esta evolução nos moradores, até

mesmo para aqueles que não conseguem participar, pois os mesmos dizem que mesmo não participando, tentam estar a par das atividades que se realizam no bairro a partir dos boletins de informações e dos panfletos

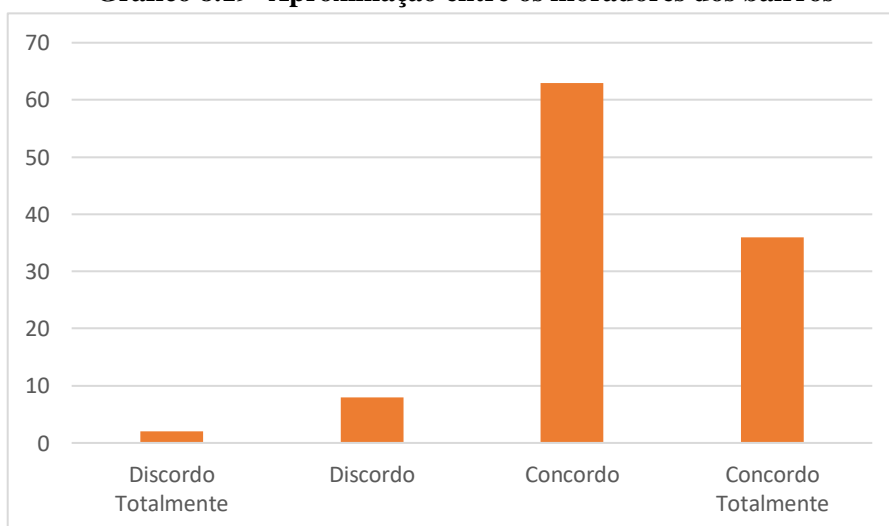
Gráfico 8.18- Sentimento dos moradores em evoluir e melhorar



Fonte: Autoria própria

É de concordância geral que o programa permitiu uma maior proximidade com os moradores dos outros bairros, uma vez que, com as atividades que são desenvolvidas nos espaços e nos bairros, permite que haja um maior convívio e assim por consequência uma maior aproximação dos moradores.

Gráfico 8.19- Aproximação entre os moradores dos bairros

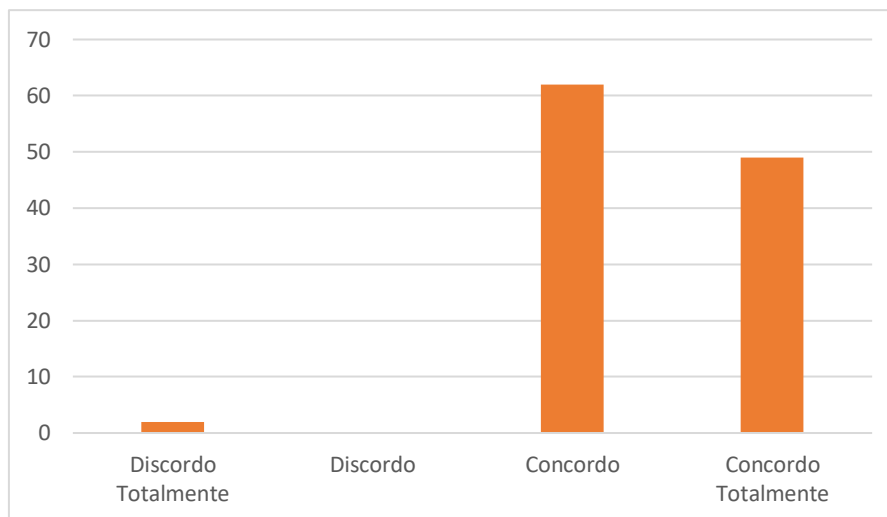


Fonte: Autoria própria

Os respondentes, concordam que é necessário haver uma maior participação por parte dos moradores dos bairros. Afirmam que nas atividades quem está presente são na

sua maioria os mesmos, e que se mais moradores participassem as coisas poderiam estar melhores.

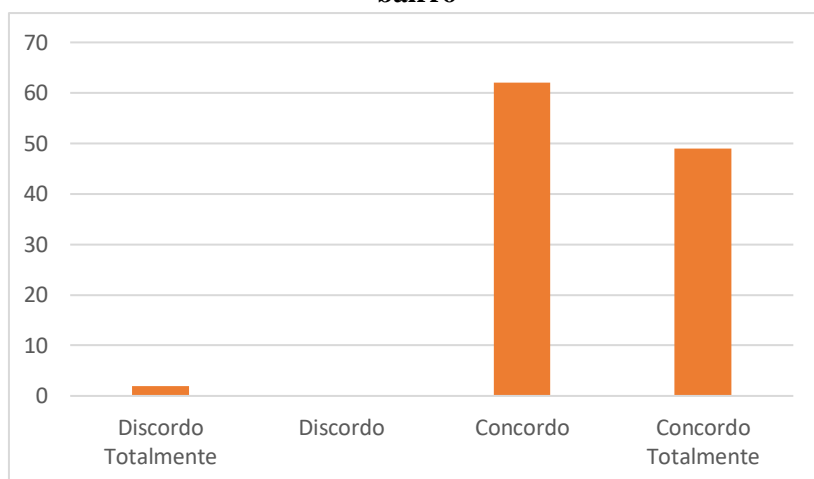
Gráfico 8.20- Necessidade de aumentar a participação dos moradores



Fonte: Autoria própria

Os moradores, na sua maioria, também concordam com o facto de que o programa deve continuar a ser ambicioso, pois necessita de ter essa ambição para continuar a melhorar e promover o desenvolvimento dos bairros, fazendo com que os moradores estejam incluídos neste desenvolvimento os de atividades e projetos, dando mais vida aos bairros.

Gráfico 8.21- Programa deve continuar a melhorar e a promover o desenvolvimento do bairro

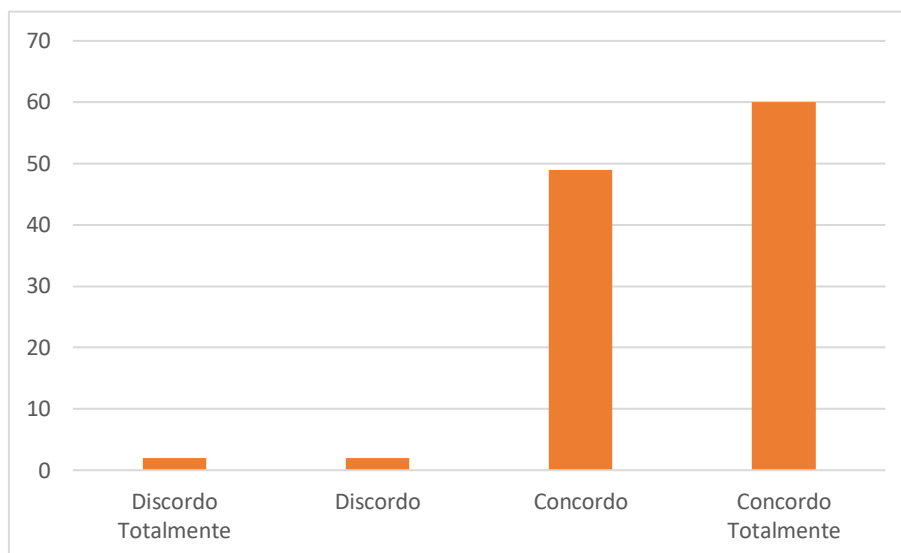


Fonte: Autoria própria

60 respondentes, *concordam totalmente* que é necessário cativar mais os jovens. Os moradores explicam, que os mesmos poderiam estar mais envolvidos nas atividades do

programa, os próprios jovens afirmam que também podem ser mais cativados, sentem que muitas das atividades não são dinamizadas para as suas idades, daí existir uma falta de interesse da sua parte.

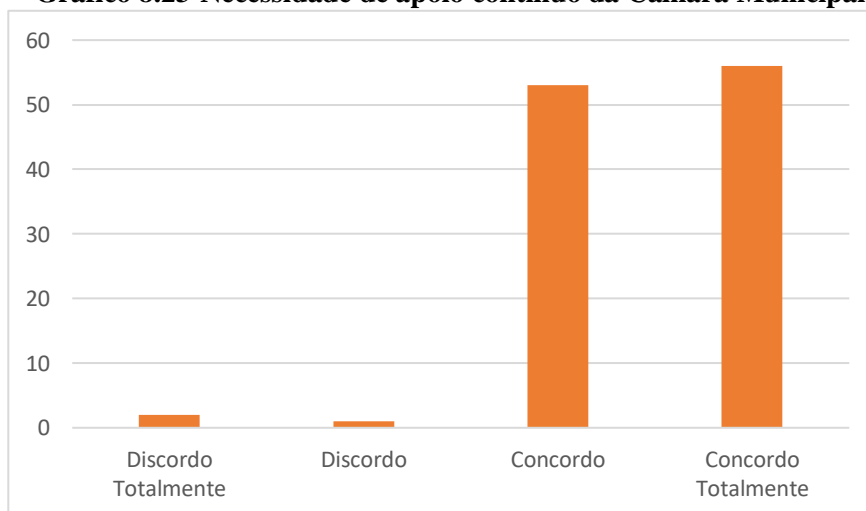
Gráfico 8.22-Necessidade de Cativar mais os Jovens



Fonte: Autoria própria

No que diz respeito ao apoio dado pela Câmara Municipal de Setúbal, os moradores concordam que a entidade deve continuar com a apoio que fornece aos moradores através do programa, pois sem eles não era possível toda a evolução que conquistaram. Admiram muito o trabalho das técnicas e dos técnicos de bairro, pois tem sido uma grande ajuda para os moradores.

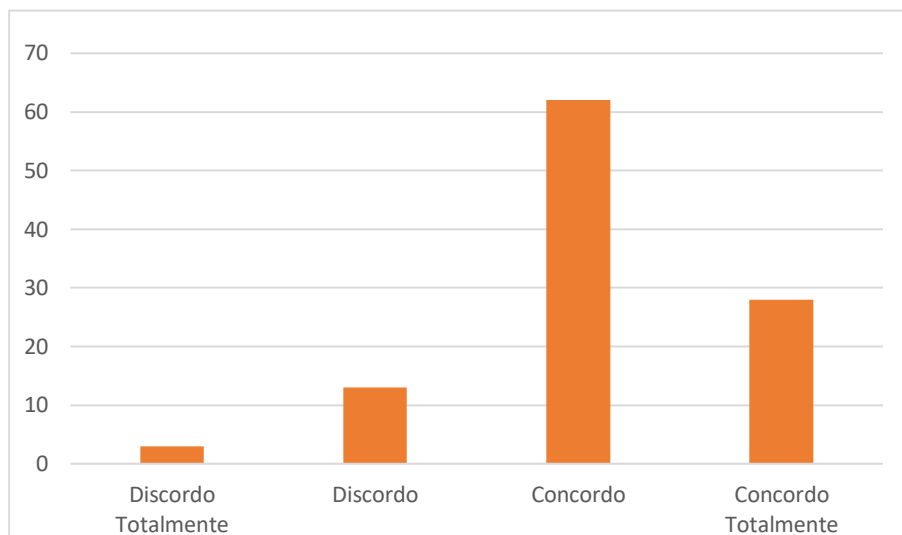
Gráfico 8.23-Necessidade de apoio contínuo da Câmara Municipal



Fonte: Autoria própria

Por fim, o programa diminuiu o distanciamento que havia no bairro, os respondentes concordam com a afirmação pois, como já referido acima, o programa aproximou não só os moradores do mesmo bairro como também permitiu uma melhoria na comunicação dos mesmos, assim como com os moradores dos restantes bairros.

Gráfico 8.24- Diminuiu o distanciamento no bairro



Fonte: Autoria própria

9. Reflexão e Apreciação Crítica

Com o crescimento das cidades, a necessidade de uma habitação tornou-se fundamental. Encontrar uma habitação cuja estrutura seja digna e tenha as condições necessárias para a vida dos indivíduos tornou-se num problema social, no qual as medidas para a prevenção não são as mais eficazes. A habitação é fundamental para a construção do “eu”, uma vez que os primeiros passos da socialização primária são efetuados em casa, fazendo com que esta se torne uma consequência para o resto da vida dos moradores destes bairros (Pinto e Gonçalves, 2000).

Os indivíduos que habitam em bairros estigmatizados, acabam por sofrer represálias, no trabalho e na sua vida social e educacional devido ao local onde habitam e devido à imagem negativa que este carrega.

A imagem que se interioriza do seu local de habitação e a imagem que se crê que este projeta para o exterior são dimensões decisivas na estruturação da identidade pessoal, quer se trate de formas identitárias

assumidas ou prescritas, pela continuidade com que é percebida a imagem do bairro e a imagem pessoal. (Pinto e Gonçalves, 2000: 110).

A conotação dos bairros sociais, continua a estigmatizar e excluir quem lá vive, sendo assim necessário uma avaliação das políticas de habitação.

Ao longo da sua duração de 10 anos, o Programa *Nosso Bairro Nossa Cidade*, mostrou ser bastante eficiente e ter um papel muito importante no desenvolvimento das comunidades destes bairros. Este programa potenciou e contribuiu para a melhoria da imagem do Bairro para aqueles que o veem de fora. Além disso, ao ocorrerem encontros de moradores e reuniões de interlocutores, nota-se que existe interesse por parte dos moradores não só para a melhoria dos bairros, mas também para melhoria da sua vida em comunidade. No entanto, apesar de ser um programa para todas as idades, pode-se afirmar que ainda existe uma grande parte dos moradores que sente que as atividades não são direcionadas para si, o que é devido talvez, à falta de participação dos mesmos ou por terem a linha de pensamento em que as coisas irão ficar na mesma, mesmo que tentem mudar.

Nos encontros com moradores, foi possível observar que existem muitos que querem ter uma participação ativa nos seus bairros, no entanto, às vezes, quando dão as suas ideias, falta a demonstração de interesse dos outros moradores, o que se pode traduzir no descontentamento de quem teve a ideia, fazendo com que acabem por não se voluntariar para criar um grupo de trabalho.

Apesar da grande maioria dos moradores afirmar que não tem qualquer tipo de problemas com os vizinhos, ainda assim, observa-se um grande choque de culturas, o que por vezes resulta de um mau funcionamento nas relações de vizinhança. Não só se dá choque de culturas, como também um choque de idades, pois foi possível observar que a grande maioria da população jovem não participa, pois julga que as atividades que irão realizar são mais voltadas para os mais velhos, o que resulta no desinteresse da sua parte.

Como já foi referido, a participação dos jovens seria muito importante neste programa. Por essa razão, a sua falta de interesse deveria ser combatida, de modo que estes consigam fazer alguma coisa que gostem com o programa, com vista à sua sustentabilidade. No futuro ao continuar apenas a desenvolver atividades mais voltadas para as idades mais velhas, acabará por gerar mais desinteresse dos moradores, o que se pode traduzir numa regressão de tudo o que o programa já conquistou até aos dias de hoje.

Em relação às atividades que foram desenvolvidas ao longo do estágio, algumas foram bastante impactantes como, por exemplo, ir visitar os bairros e conhecer mais de perto a realidade das pessoas que lá vivem e as condições em que vivem. Foi bastante gratificante ter tido a oportunidade de participar nas reuniões de moradores e no projeto “Férias no Bairro” e ver que existem realmente pessoas que estão determinadas a mudar e a melhorar o seu bairro e as suas condições de vida, pelo que participam sempre nas atividades, tendo em vista um futuro melhor para os seus e uma melhoria da imagem do bairro. Foi bastante importante ver de perto o trabalho que é realizado pela Câmara Municipal de Setúbal, as horas que as técnicas investem neste programa, com o objetivo da inclusão social e da melhoria da imagem do bairro.

O Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade, para além ter sido programa inovador tem ajudado os moradores dos bairros, seja a respeito da sua saúde, da vida em comunidade ou da educação. Este programa tem vindo a mudar estes bairros que, aos olhos do resto da sociedade, têm um estigma bastante negativo. Tem também um impacto positivo na vida dos moradores dos cinco bairros, pois tem contribuído para a sua instrução, melhoria das práticas do dia a dia e no seu desenvolvimento enquanto pessoas. Deste modo, após a análise do questionário e das opiniões dadas pelos moradores, podemos dizer que a grande maioria dos participantes do programa está satisfeita.

Em relação às recomendações de medidas de ação com vista à continuidade e sustentabilidade do Programa, sugere-se que se deveria se investir mais na divulgação das atividades e dos projetos, de forma a chegar à população mais jovem. Sugere-se, ainda, que se deveriam realizar mais reuniões em conjunto, ou seja, juntar a população mais velha com a mais jovem, de forma que exista uma discussão de ideias sobre o que deve ser feito no bairro e como deve ser feito, de maneira a dar mais voz aos mais jovens. Ainda assim, tendo em conta os resultados positivos anteriormente identificados, o programa tem tudo para continuar a progredir, rumo à concretização do seu objetivo principal.

A realização deste estágio contribuiu, assim, para aprofundar o conhecimento e desenvolver competências na área de intervenção social. A realização de um estágio no contexto de uma organização pública local – a Câmara Municipal de Setúbal, cuja intervenção através da implementação de Programas de Habitação Social é crucial na resposta às necessidades da população.

O estágio, ao surgir numa altura em que o Programa estava a completar os 10 anos, proporcionou aprendizagens enriquecedoras ao nível do processo de planeamento e avaliação de programas de intervenção, nomeadamente ao nível da compreensão do impacto social das ações do programa na vida dos moradores do bairro e perceber de que forma o mesmo contribuiu para a melhoria da imagem do bairro.

Compreende-se, assim, que a presença e o papel do sociólogo nesta área é de extrema importância, uma vez que estas necessidades não são suprimidas de um dia para o outro, sendo por isso necessário a sua intervenção nas diferentes fases do processo de planeamento. É, portanto, fundamental perceber que programas como este acabam por ajudar os moradores a conhecerem-se melhor e a trabalharem juntos em prol da melhoria das suas comunidades, incentivando assim os mesmos a desenvolverem ideias e atividades indo de encontro aos seus objetivos.

10. Conclusão

O estágio curricular realizado na CMS foi bastante compensador, pois permitiu a concretização do primeiro contacto com a realidade social e o ambiente profissional, o que fez com que tivesse a oportunidade de observar de perto todo o trabalho e o esforço que é investido para o funcionamento do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade*.

Para além da experiência que foi facultada, trabalhar com uma equipa que sempre se mostrou disponível foi bastante gratificante, também permitiu mostrar e colocar à prova todos os conhecimentos que fui adquirindo durante a licenciatura e o primeiro ano de mestrado. Em relação à problemática tratada, o estágio reforçou que para além de todos os projetos e programas que existem, é necessário que haja cooperação e vontade para mudar o rumo das situações. Pois, com o Programa, foi possível observar que o mesmo é o que é hoje, devido aos seus participantes e à sua vontade em melhorar o local onde habitam, não só para si, mas também para a sua comunidade.

Através desta experiência e da participação nas atividades foi possível compreender melhor o papel realizado pelos sociólogos em programas de intervenção, que são bastante importantes, pois é a partir dos mesmos que são encontradas as respostas para as necessidades que procuram resolver. Tal como Friedberg (2001) afirma, citado por Guerra (2003), o sociólogo tem o seu papel situado nas mudanças que são proporcionadas a partir da sua análise e de como este tem as suas perceções e as suas representações dos problemas, e como é importante este ter a capacidade de modificar o seu pensamento em

torno da metodologia de ação. Desde modo, a sua eficácia depende da qualidade e da produção do seu conhecimento, de forma a realizar um tratamento sistemático e organizar o processo de acordo com esses resultados (Guerra, 2003).

Apesar das limitações sentidas durante a realização do estágio em tempos de pandemia, este permitiu com que a minha experiência fosse enriquecedora pessoal e profissionalmente.

11. Referências Bibliográfica

Augusto, N. (2000), Habitação Social- Da intenção de inserção à ampliação da exclusão, *IV Congresso de Sociologia*, 1-18

Antunes, G. (2019), Política de habitação social em Portugal: de 1974 à atualidade, *Fórum Sociológico*, nº34, pp.7-17

Borba, A., Lima, H., (2011), Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: Um olhar sobre a situação de Portugal e na União Europeia, *Serviço Social & Sociedade.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/m9myrdrnWWqsDjph5WRsRHym/?format=pdf&lang=pt>

Câmara Municipal de Setúbal (2012) – *Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente*. Disponível em: <https://www.mun-setubal.pt/nosso-bairro-nossa-cidade/#1531842885026-8debb93c-cc6b>

CMS (2022) - *Nosso Bairro Nossa Cidade*, Disponível em: <https://www.mun-setubal.pt/nosso-bairro-nossa-cidade/> (acedido a 14 de outubro de 2022)

Camayd, Y. & Freire, E. (2020) *Estratégias Metodológica de investigação nas Ciências Sociais*, Revista Conrado, 16(77), 65-73.

Carreiras, M. (2018) Integração Social na Área Metropolitana de Lisboa: evidências de micro segregação, Centro de Estudos Geográficos, *Finisterra*, LIII, 107, 67-85. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/fin/n107/n107a04.pdf> (acedido a 14 de outubro de 2019).

Carvalho, F. (2018) Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das perceções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro. Dissertação de Mestrado publicada, Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116721> (acedido a 14 de outubro de 2019). (acedido a 14 de outubro de 2019).

Capucha, L. (2008) *Planeamento e Avaliação de Projetos- Guia Prático*, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa, 1ª Edição

Costa, A., (2007) *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Decreto de Lei, n.º 86/1976. 0

Fialho, J., Da Silva, C. & Saragoça, J. (2015) *Diagnóstico Social- Teoria, Metodologia e Casos Práticos*, Lisboa, Edições Silabo.

Gonçalves, A. & Pinto, T.C. (2000) Os Bairros Sociais Vistos Por Si Mesmos- Imagens, Conflitualidades e Insegurança, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº1, 101-111. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3330/1/Cidades2000-1_Pinto_Gon%*c3*%*a7*alves.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3330/1/Cidades2000-1_Pinto_Gon%c3%a7alves.pdf) (acedido a 14 de outubro de 2019).

Gonçalves, A.C. (1988) Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais, *Revista da Faculdade de Letras do Porto- Geografia*, I Série, Vol. IV, pp.15-31. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8357/2/1547.pdf> (acedido a 25 de outubro de 2019).

Galego, C. & Gomes, A. (2005) A emancipação, ruptura e inovação; o “*focus group*” como instrumento de investigação, *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.

Guerra, I. (2002) *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção- o Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia.

Guerra, I. (2003) Polémicas e Modelos para uma Sociologia de Intervenção, *Cadernos de estudos africanos*, 4, 71-84.

Guimarães, P. (2018) *Métodos Quantitativos Estatísticos*, 2 ed., Curitiba- Brasil.

Grosso, A. (2020), *Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista: Diagnóstico e Propostas para a Elaboração de um Programa Museológico*, Dissertação de Mestrado não publicado, Universidade Nova de Lisboa

Guia de Avaliação, Gabinete de Avaliação e Auditoria, Camões (2014), Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério dos Negócios Estrangeiros,nº3, Lisboa.

K’CIDADE (2007) *GPS – Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Intervenção Comunitária*, Lisboa, Fundação Aga Khan. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/2-Manual_Avalia%*C3*%*A7*%*C3*%*A3*o_GPS.pdf](https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/2-Manual_Avalia%C3%A7%C3%A3o_GPS.pdf) (acedido a 14 de outubro de 2019).

Lourenço, P. (2015) *Pobreza e Exclusão Social, Contributos para a intervenção dos assistentes sociais em bairros de construção clandestina*, Dissertação não publicada, ISCTE IUL.

- Moreira, A.S.M. (2015) *Há vida no Bairro! Um Projeto de Educação e Intervenção Social*, ESSE, Politécnico do Porto, pp.1-180. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21011141-Ha-vida-no-bairro-um-projeto-de-educacao-e-intervencao-social.html> (acedido a 14 de outubro de 2019).
- Mónico, L., Alferes V. Castro, P., & Parreira, P. (2017) *A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa*, *Investigação qualitativa em ciências sociais*, vol 3, 724-733
- Nascimento, C., Capucha, L. (2017), *Coordenadas GPS: Um instrumento de Avaliação*, *Sociologia Online*, nº14, pp:29-52
- Nogueira, J., Rodrigues, R. & Nicola, R. (2007) *Modos de Vida da População Residente nos Bairros da Bela Vista – Relatório Final*, Câmara Municipal de Setúbal.
- Pena, R. (2005) *MPPPO: Metodologia de Planeamento de Projetos por Objetivos*, Manual do Formando.
- Rocha, A. (2017) *A Habitação social em Portugal: Necessidades e exigências contemporâneas*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra.
- Rêgo, X. & Fernandes, L. (2012). *As falas do medo: Convergências entre as cidades do Porto e do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27, pp.51-65
- Sá, P., Costa, A. & Moreira, A (2021) *Reflexões em torno de Metodologias de investigação: recolha de dados*, Universidade de Aveiro.
- Santos, M. (2012) *Texto de Apoio Sobre O Diagnóstico Em Processos De Intervenção Social e Desenvolvimento Local*, Universidade de Évora.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais. Casos práticos*. Porto: Porto Editora
- Silva, C., Santos, M., Baltazar, M. e Saragoça, J. (2017) *Avaliação de projetos de intervenção social: uma reflexão sobre as experiências em projetos nacionais, regionais e da bacia do mediterrâneo*, *Desenvolvimento e Sociedade*, 2, 103-111
- Silva, I., Veloso, A. & Keating, J. (2014) *Focus Group: Considerações teóricas e metodológicas*, *Revista Lusófona de Educação*, 26, 175- 190.
- Tiago, M. C. (2010) *Bairros Sociais da I República: projetos e realizações*, *Ler História*, 249-272.

Disponível

em:

https://journals.openedition.org/lerhistoria/1413?fbclid=IwAR2Z8Ga_eqB8vst1hH5Ukd_wsZW_T0dhI0cKkC9PbukAMJ1Q9MjUIInXx16I#text (acedido a 18 de julho de 2023).

Vilanova, R. (2001) Novas Sociabilidades e Miscigenação Urbana. Segregação Social e Territorial-Portugal e França em confronto, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLI, Paris. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269796892> (acedido a 14 de outubro de 2019).

Apêndice

Apêndice 1- Cronograma de atividades

Atividades	Meses													
	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	
Atividade 1: Analise Documental	■	■												
Atividade 2 : Construção e aplicação Focus Group	■	■												
Atividade 3 : Construção da Analise SWOT, Arvore de Problemas			■											
Atividade 4: Construção do Inquérito por questionário	■	■												
Atividade 5: Aplicação dos Inquéritos por questionário			■	■	■									
Reuniões de acompanhamento														
Elaboração do Relatório					■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Entrega da 1ª versão do relatório de estágio														

Apêndice 2- Desenho da avaliação

Dimensões	Modalidades
Intervenientes: Que tipo de avaliação quanto à função de quem avalia?	Avaliação realizada pela equipa do programa.
TEMPORALIDADE: Qual o tipo de avaliação quanto à temporalidade?	Avaliação <i>Ex-post</i>
ÂMBITO DE INCIDIÊNCIA: Qual o objeto de avaliação?	Avaliação pela investigação
DESTINATÁRIOS: Quem vai utilizar essa avaliação?	Os intervenientes, para reformular ou manter as estratégias do programa
METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO: Que métodos e técnicas vão ser utilizados?	Análise documental, fontes estatísticas, <i>focus group</i> , questionários, Observação direta.
PRODUTOS: Como vai ser fichada a informação? Que relatórios e documentos vai produzir?	Relatórios

Apêndice 3- Grelha Analítica de Avaliação do Projeto

Objetivos	Métodos/Técnicas utilizadas	Tipo de informação
1. Caracterizar e contextualizar a área de intervenção social.	Recolha de documentos.	Leitura e análise prévia de documentos relativos ao programa e à área de intervenção social
2. Diagnosticar e Identificar os Problemas e Medidas de Ação	Focus Group	Criação de um grupo de discussão para reter informações a partir dos moradores
	Análise SWOT	Analisar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças
	Árvore de Problemas	Através do problema central encontrar as suas causas e
	Árvore de Objetivos	Definição dos objetivos
	Quadro de medidas	Identificação medidas de ação de melhora.
3. Avaliar os Resultados	Questionário	Satisfação dos moradores/participantes no programa.

Apêndice 4- Inquérito por questionário

Inquérito por questionário

Avaliação do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade

O presente questionário destina-se questionário destina-se à realização de um estudo da Câmara Municipal de Setúbal, no âmbito do estágio académico para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, na Universidade do Algarve e visa avaliar a perceção e satisfação dos moradores participantes do Programa *Nosso Bairro, Nossa Cidade* (PNBNC).

A sua finalidade é aferir de que forma os moradores residentes no território da Bela Vista e Zona Envolvente percecionam os resultados do PNBNC a vários níveis.

Solicitamos que as respostas sejam sinceras, de forma a legitimar o presente Estudo, sendo que asseguramos o anonimato das respostas, assim como o tratamento das mesmas de forma agregada, impossibilitando assim qualquer identificação individual.

Agradecemos desde já a sua colaboração!

Parte I- Caracterização do entrevistado

<p>1. Sexo:</p> <p>Masculino <input type="checkbox"/></p> <p>Feminino <input type="checkbox"/></p> <p>S/R <input type="checkbox"/></p>	<p>2. Idade:</p> <p>a) >15 <input type="checkbox"/></p> <p>b) 20 aos 29 <input type="checkbox"/></p> <p>c) 30 aos 39 <input type="checkbox"/></p> <p>d) 40 aos 49 <input type="checkbox"/></p> <p>e) 50 aos 59 <input type="checkbox"/></p> <p>f) +60 <input type="checkbox"/></p>
<p>3. Estado Civil:</p> <p>a) Solteiro <input type="checkbox"/></p> <p>b) Casado <input type="checkbox"/></p> <p>c) Divorciado <input type="checkbox"/></p> <p>d) Viúvo <input type="checkbox"/></p> <p>e) União de Facto <input type="checkbox"/></p>	<p>4. Nacionalidade:</p> <p>_____</p> <p>5. Naturalidade:</p> <p>_____</p>
<p>6. Ocupação Profissional:</p> <p>a) Estudante <input type="checkbox"/></p> <p>b) Trabalhador por conta de outrem <input type="checkbox"/></p> <p>c) Trabalhador por conta própria <input type="checkbox"/></p> <p>d) Desempregado <input type="checkbox"/></p> <p>e) Outro: _____ <input type="checkbox"/></p>	<p>7. Bairro onde mora:</p> <p>a) Bela Vista <input type="checkbox"/></p> <p>b) Alameda das Palmeiras <input type="checkbox"/></p> <p>c) Forte da Bela Vista <input type="checkbox"/></p> <p>d) Quinta de Santo António <input type="checkbox"/></p> <p>e) Manteigadas <input type="checkbox"/></p>
<p>8. Há quantos anos mora no Bairro?</p> <p>a) - 3 anos <input type="checkbox"/></p> <p>b) + 5 anos <input type="checkbox"/></p> <p>c) + 10 <input type="checkbox"/></p> <p>d) +15 <input type="checkbox"/></p> <p>e) +20 <input type="checkbox"/></p> <p>f) +25 <input type="checkbox"/></p> <p>g) +30 <input type="checkbox"/></p>	

Parte II: Conhecimento e participação no Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade

	Sim	Não
9. Tem conhecimento do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade?		
9.1. Tem conhecimento das reuniões de prédio ou pátio?		
9.2. Tem conhecimento das reuniões de interlocutores?		
9.3. Tem conhecimento das reuniões dos grupos de trabalho?		
9.4. Tem conhecimento da Setúbal+ Bonita?		
9.5. Tem conhecimento do projeto de Alfabetização?		
9.6. Tem conhecimento do Boletim Informativo?		
9.7. Tem conhecimento do Estúdio de Som e Imagem?		
9.8. Tem conhecimento do cinema na rua?		
9.9. Tem conhecimento das caminhadas?		
9.10. Tem conhecimento do projeto estudo acompanhado?		
9.11. Tem conhecimento do projeto Saúde no Bairro?		
9.12. Tem conhecimento da Stand na Feira de Santiago?		

9.13. Conhece outras atividades e projetos? Se sim, quais?

10. Como teve conhecimento do Programa, das suas atividades e dos seus projetos?

10.1. Através de amigos ou familiares

10.2. Através da internet

10.3. Em reuniões

10.4. Outras formas. Quais? _____

11. Participa/ou em atividades, projetos ou reuniões do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade?

Sim Não

11.1. Se sim, com que frequência?

Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequente

11.2. Se não, porque não participa?

11.3. Já fez parte de algum grupo de trabalho ou comissão de alguma atividade ou projeto?

Sim Não

11.3.1. Se sim, como avalia a sua participação quanto aos objetivos dessa atividade ou projeto?

Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito Satisfeito

11.3.2. Se não, porque nunca fez parte de algum grupo de trabalho ou comissão de alguma atividade ou projeto?

12. Participa/ou em alguma ação de formação realizada pelo PNBNC?

Sim Não

12.1. Se sim, a ação correspondeu às suas expectativas?

Sim Não

12.2. Se não correspondeu às suas expectativas, quais foram os motivos?

Parte III- Balanço do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade

13. Na sua opinião o Programa tem contribuído para a melhoria da imagem do Bairro?

Sim Não

13.1. Se sim, como avalia o contributo do Programa para a melhoria da imagem do bairro?

Fraco	Bom	Excelente

13.2. Se não, quais os motivos pelos quais o Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade não tem contribuído para a melhoria da imagem do bairro?

14.

Avalie as mudanças que o Programa provocou ao nível de:	Mudanças Muito Positivas	Mudanças Positivas	Pouco Positivas	Muito Pouco Positivas
Comunicação entre moradores?				
Relações de Vizinhaça?				
Limpeza e espaços partilhados?				
Perceção de Segurança?				
Requalificação de edifícios e habitações?				
Atividades Culturais?				
Atividades Desportivas?				
Atividades Educativas?				
Relação com a Câmara?				
Relação com a Junta de Freguesia?				
Atividades na área da Saúde?				

15. Tem conhecimento dos espaços NBNC existentes no Bairro da Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Quinta de Sto. António e nas Manteigadas?

Sim Não

15.1. Se sim, participa/ou nas atividades lá dinamizadas?

Sim Não

15.2. Se não conhece ou participa, justifique o porquê de não conhecer e/ou de não participar nas atividades dinamizadas nos espaços?

16. Qual a sua opinião relativamente às seguintes frases?

16.1. Antes do programa o bairro tinha fama, de ser uma zona terrível.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.2. Com o programa o bairro está totalmente diferente, está muito melhor.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.3. Com o Programa as pessoas tomaram uma grande consciência sobre a situação dos bairros.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.4. Antes do Programa os moradores estavam como que adormecidos, havia uma distância entres as pessoas.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.5. Eu gosto do meu Bairro!

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.6. O programa tem de continuar, porque há coisas para melhorar?

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.7. Se o Programa terminar vai haver um retrocesso naquilo que os moradores conseguiram até hoje.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.8. O programa trouxe uma grande evolução no sentido das pessoas quererem melhorar cada vez mais.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.9. O programa permitiu uma maior proximidade entre os moradores de todos os bairros.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.10. O programa precisa de mais moradores a participarem.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.11. O programa deve continuar a ser ambicioso no que quer alcançar.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.12. O programa precisa de cativar mais os jovens.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.13. O programa precisa de continuar com todo o apoio que a Câmara sempre deu.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

16.14. O programa juntou pessoas e diminuiu o grande distanciamento que havia no bairro.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

Observações:

Obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 5- Focus Group

***Focus Group* aos participantes do nosso bairro nossa cidade**

Contexto e objetivo geral da investigação

Este inquérito está integrado num Estudo da Câmara Municipal de Setúbal para a avaliação da satisfação dos moradores, em relação ao Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade e no âmbito do estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, na Universidade do Algarve.

Objetivo do *Focus Group*:

Discussão, reflexão, apresentação de perspetivas, sensibilidades e perceções que os moradores tenham sobre o Programa e sobre as suas atividades. Com o objetivo de avaliarmos a sua satisfação com os mesmos e conhecermos linhas de trabalho futuro.

Duração: 1H/ 1H 30 MIN

Participantes: 2 moradores da Alameda das Palmeira, 2 moradores das Manteigadas, 2 moradores da Quinta de Santo António, 2 moradores do Forte da Bela Vista e 3 moradores da Bela Vista.

Declaração de aceitação da gravação do *Focus Group*

Eu, _____, declaro que autorizo a gravação áudio dos conteúdos apresentados no âmbito deste *focus group* e cedo os direitos de inclusão desses conteúdos no Estudo da câmara Municipal de Setúbal para a avaliação da satisfação dos moradores, em relação ao Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade e no relatório no âmbito do estágio em desenvolvimento no âmbito da obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, na Universidade do Algarve.

Declaro que tomei conhecimento que não serei identificado na descrição dos dados obtidos.

Data: __/__/____

Assinatura:

Perguntas:

1. Qual é a sua visão do Bairro? (15/20min)
2. Tem conhecimento das atividades e projetos do programa? (15/20min)
3. Pa si quais os maiores impactos que sentiu com a intervenção do Programa?
(15/20min)
4. Quais são as suas expectativas para o futuro do Programa? (15/20min)